



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**ANTE O FRONTÃO DE UM CEMITÉRIO: HISTÓRIA E FENOMENOLOGIA DA
CIDADE DOS MORTOS (AREZ/RN - 1882-1962)**



VITOR DANIEL CARTAXO GOMES

CAJAZEIRAS - PB

2024

VITOR DANIEL CARTAXO GOMES

**ANTE O FRONTÃO DE UM CEMITÉRIO: HISTÓRIA E FENOMENOLOGIA DA
CIDADE DOS MORTOS (AREZ/RN - 1882-1962)**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Licenciatura em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto

CAJAZEIRAS - PB

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

G633a	<p>Gomes, Vitor Daniel Cartaxo. Ante o frontão de um cemitério: história e fenomenologia da Cidade dos Mortos (Arez / RN - 1882-1962) / Vitor Daniel Cartaxo Gomes. – Cajazeiras, 2024. 94f. : il. Color. Bibliografia.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto. Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2024.</p> <p>1. Cemitério. 2. Cidade dos mortos. 3. Arez - Município - Rio Grande do Norte. 4. História local. 5. Fenomenologia. I. Sales Neto, Francisco Firmino. II. Título.</p>
UFCG/CFP/BS	CDU – 718(813.2)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

Vitor Daniel Cartaxo Gomes

**ANTE O FRONTÃO DE UM CEMITÉRIO: HISTÓRIA E FENOMENOLOGIA DA
CIDADE DOS MORTOS (AREZ/RN - 1882-1962)**

APROVADO EM: 17 de julho de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCO FIRMINO SALES NETO**
Data: 17/07/2024 22:43:39-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto (UFCG)

Orientador

Documento assinado digitalmente
 **ANA LUNARA DA SILVA MORAIS**
Data: 17/07/2024 21:01:39-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Ana Lunara da Silva Moraes (UFCG)

Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente
 **ALDILENE MARINHO CESAR ALMEIDA DINIZ**
Data: 17/07/2024 22:23:09-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Aldilene Marinho César Almeida Diniz (CEFET/RJ)

Examinadora Externa

Profa. Dra. Rosemere Olímpio de Santana (UFCG)

Suplente

CAJAZEIRAS - PB

2024

GRATIDÃO

Nunca fui adepto a convenções. Mas viver talvez seja essa oportunidade única de sentir, tocar e criar, compartilhando momentos, vivências e experiências com quem corre ao nosso lado. Por isso, preciso expressar minha gratidão às pessoas que cruzaram meu caminho nestes anos de graduação.

A minha família, base de tudo.

Ao movimento natural da vida, que muitos chamam de Deus.

A Francisco Firmino Sales Neto que, com paciência e perseverança, acreditou em mim, quando nem eu mesmo acreditava, e me mostrou que o horizonte é bem maior do que imaginava.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/UFCG), pela oportunidade de fazer pesquisa em um contexto tão defasado.

Aos membros do grupo Saberes Locais, especialmente a equipe da Iniciação Científica, que esteve comigo na labuta da pesquisa, como José Walber e Luan Batista.

Aos laços mais fortes e inapagáveis, José Hewerton dos Santos Oliveira, um irmão de outra mãe e Gabriela Almeida Pinheiro, um espelho. Açucena Moreira, Luiz Carlos, Emanuel Marcolino, Érica Teles, levo vocês para vida.

Aos companheiros do “ap cult”, por aturarem um artista que não sabia conviver com gente.

As docentes que sempre irão me inspirar, Ana Lunara, Janaina Camilo, Rosemere Olímpio e Camila Corrêa.

A Thainara, Paulo, Cris, Jonas, Marcos, Lucas, Davi e tantos amigos que fiz nestes últimos anos, são muitos nomes para pouco espaço.

Por fim, aos laços que se formam nas entrelinhas.

Expresso, aqui, minha imensa gratidão.

RESUMO

Este trabalho problematiza o espaço cemiterial da cidade de Arez, no Rio Grande do Norte, em uma perspectiva histórica e fenomenológica, com foco no Frontão do Cemitério, que foi construído no final do século XIX, sendo um bem cultural tombado em 1962 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Temos como objetivo historiar a construção da cidade cemiterial arezense, bem como a edificação do monumento funerário, com o fim de discutir a experiência de estar diante de um cemitério, a partir das vivências do historiador que vai a campo. Dito isto, temos como principais aportes teórico-metodológicos: Vilma de Lourdes da Silva e Melo (2015), para conceituar a história local; Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2006), para guiar a análise historiografia de diferentes fontes bibliográficas, principalmente obras de memorialistas da cidade; Philippe Ariès (2017) e Michel Lauwers (2015), para discutir a historicidade dos cemitérios; o historiador João José Reis (1991), para entender as dinâmicas diante da morte no Brasil; e David R. Cerbone (2014), para conceituar a fenomenologia. Para concretizar os objetivos propostos, problematizamos diferentes tipos de fontes, como bibliográficas, documentais e imagéticas. Nestes últimos casos, analisaremos documentos de estado, periódicos e livros de óbito. Além disso, iremos dialogar com um diário de bordo, escrito por nós mesmo, durante uma excursão de investigação no Rio Grande do Norte, em junho de 2022, a partir dos pressupostos metodológicos da etnografia (Maganani, 2009). Assim, esperamos trazer considerações pertinentes para a história deste objeto que é, no mesmo passo, histórico e estético, além de atribuir novos sentidos ao monumento.

Palavras-Chave: Arez; Cemitério; Morte; História Local; Fenomenologia.

ABSTRACT

This work problematizes the cemetery space in the city of Arez, in Rio Grande do Norte, from a historical and phenomenological perspective, focusing on the Frontão do Cemitério, which was built at the end of the 19th century, being a cultural asset listed in 1962 by the Institute of National Historical and Artistic Heritage (IPHAN). We aim to chronicle the construction of the cemetery city of Arezense, as well as the construction of the funerary monument, in order to discuss the experience of being in front of a cemetery, based on the experiences of the historian who goes to the field. That said, our main theoretical and methodological contributions are: Vilma de Lourdes da Silva e Melo (2015) to conceptualize local history; Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2006) to guide the historiographical analysis of different bibliographical sources, mainly works by memoirists from the city; Philippe Ariès (2017) and Michel Lauwers (2015) to discuss the historicity of cemeteries; the Brazilian historian João José Reis (1991) to understand the dynamics of death in Brazil; and David R. Cerbone (2014) to conceptualize phenomenology. To achieve the proposed objectives, we problematize different types of sources, such as bibliographic, documentary and imagery. In the latter cases, we will analyze state documents, periodicals and death books. Furthermore, we will dialogue with a logbook, written by ourselves, during a research excursion in Rio Grande do Norte, in June 2022, based on the methodological assumptions of ethnography (Maganani, 2009). Thus, we hope to bring relevant considerations to the history of this object, which is, at the same time, historical and aesthetic, in addition to attributing new meanings to the monument.

Keywords: Arez; Cemetery; Death; Local History; Phenomenology.

*Diz-me, poeta, o que fazes? — Eu canto.
Porém a morte e todo o desencanto,
como os suportas e aceitas? — Eu canto.
O inominado e o anônimo, no entanto,
como os consegues nomear? — Eu canto.
Que direito te faz, em qualquer canto,
máscara ou veste, ser veraz? — Eu canto.
Como o silêncio dos astros e o espanto
dos raios te conhecem? — Porque eu canto.*
Rainer Maria Rilke, 2013

*Ser historiador é lidar com a morte de todas as coisas,
inclusive nossas certezas mais queridas.*
Durval Muniz de Albuquerque Júnior, 2006

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 - Montagem de mapas da localização de Arez no Brasil e no Rio Grande do Norte.....	13
Imagem 02 - Fotografia atual do Frontão do Cemitério de Arez.....	14
Imagem 03 - Capas dos três livros de memorialistas arezenses, nos quais o Frontão do Cemitério está em destaque.....	16
Imagem 04 - Mapa do centro de Arez, em que é visto um eixo imaginário entre a Igreja e o Cemitério.....	32
Imagem 05 - Matéria do “Jornal do Comercio” do ano de 1860 sobre uma epidemia de bexiga.....	40
Imagem 06 - Ilustração representativa do Frontão do Cemitério de Alcides Sales, contida no livro de Lima Neto (2000).....	45
Imagem 07 - Ilustração técnica do Frontão do Cemitério, feita por Alcides Sales, contida no livro de Lima Neto (2000).....	46
Imagem 08 - Mapa da distância atual entre a Paróquia São João Batista e o Cemitério de Arez.....	54
Imagem 09 - Fotografia do Frontão do Cemitério feita por Luís da Câmara Cascudo em 1937.....	55
Imagem 10 - Fotografia do Frontão do Cemitério e muros do cemitério de Arez, anterior a década de 1940.....	56
Imagem 11 - Ornamento lateral dos muros do cemitério de Arez, retratado por Mário de Andrade em 1929.....	57
Imagem 12 - Fotografia do Frontão do Cemitério feita por Oswaldo de Souza entre 1961-62.....	58
Imagem 13 - Segunda página do processo de tombamento n.º 0669-T-62, do pedido de registro para o Frontão do Cemitério de Arez.....	64
Imagem 14 - Colagem de fotografias de detalhes do Frontão do Cemitério de Arez feitas pelo pesquisador em nossa excursão em 2022.....	69
Imagem 15 - Colagem de fotografias do interior do Cemitério de Arez feitas pelo pesquisador em nossa excursão em 2022.....	72
Imagem 16 - Fotografia do interior do cemitério feita durante a nossa excursão em 2022.....	73
Imagem 17 - Fotografia do pesquisador no Cemitério de Arez, tirada por um morador local.....	76

Imagem 18 - Desenho do Frontão do Cemitério de Arez feito pelo pesquisador no local em 2022.....	78
Imagem 19 - “A invenção do cotidiano” grafite sobre papel tonalizado, 20x20.....	79
Imagem 20 - Rezas em frente ao Cemitério Municipal organizada pela Confraria de Nossa Senhora das Dores (13/02/2023).....	80
Imagem 20 - Espaço para realização de Missa de Finados em frente ao Frontão do Cemitério de Arez, em novembro de 2022.....	80
Imagem 22 - Colagem de fotografias do portão do cemitério de Goianinha, retiradas durante a excursão, em 2022.....	83
Imagem 23 - Portão do Cemitério de Nísia Floresta, também atribuído a Frei Herculano.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

CFP – Centro de Formação de Professores

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ICC – Ludovicus - Instituto Câmara Cascudo

IEB - USP - Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

IHGRN – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

PORVIR	12
O PERCURSO A CAMINHAR.....	21
I. A EDIFICAÇÃO DA CIDADE DOS MORTOS: O NASCIMENTO DO CEMITÉRIO EM AREZ	23
I.I A HERANÇA DO OCIDENTE: UM LUGAR SAGRADO E TERRA DOS MORTOS..	24
I.I.I NA EUROPA CRISTÃ.....	24
I.I.II NO BRASIL DOS SÉCULOS XVIII E XIX.....	27
I.II A EDIFICAÇÃO DOS CEMITÉRIOS EM AREZ.....	32
I.I.I O ESPAÇO CEMITERIAL NA MEMÓRIA SOCIAL.....	33
I.I.II A EDIFICAÇÃO DO CEMITÉRIO ENTRE OS DOCUMENTOS E A MEMÓRIA.....	37
I.III UM ESPAÇO “A CÉU ABERTO” DESTINADO AOS MORTOS.....	41
II. O FRONTÃO DO CEMITÉRIO: UM OBJETO HISTÓRICO E ESTÉTICO	42
II.I HISTORICIZANDO UMA NARRATIVA.....	42
II.I.I ENTRE DOCUMENTOS E MEMÓRIAS.....	43
II.I.II O FRONTÃO DO CEMITÉRIO EM IMAGENS.....	50
II.II A INVENÇÃO DE UM PATRIMÔNIO.....	58
II.II.I UMA CONCEITUAÇÃO POSSÍVEL PARA O PATRIMÔNIO.....	58
II.II.II INTELLECTUAIS VIAJANTES E A ATRIBUIÇÃO DE VALORES.....	60
III. ANTE OS CAMPOS DA MORTE: EXPERIÊNCIA E AFETO	65
III.II VIVÊNCIAS ENTRE A CIDADE DOS VIVOS E DOS MORTOS.....	67
III.III ENTRE OS CAMPOS DA MORTE: UMA ANÁLISE MULTIDISCIPLINAR DA EXPERIÊNCIA.....	83
HORIZONTE.....	84
FONTES.....	88
REFERÊNCIAS.....	90

PORVIR

Na segunda metade do século XIX, uma mudança gradual no imaginário coletivo se concretizou: a morte foi interdita (Ariés, 2017). Hoje em dia, evita-se a todo custo, sob benzas e suspiros, o fato incontestável de que um dia vamos morrer. A morte, que alguns séculos atrás fora domada, interiorizada ou cultuada, tornou-se selvagem, um tabu do qual não se pode falar. Ela foi relegada aos cemitérios e aos quartos solitários de hospitais. A atitude que hoje temos diante da morte é de fuga, mas sempre marcada pela afetividade.

Afeto que é impossível negar ao estarmos diante de um cemitério. Neste trabalho, buscaremos problematizar o espaço cemiterial da cidade de Arez, situado no Rio Grande do Norte. Isto com a intenção de historiar a sua construção, bem como a edificação do bem cultural que lhe serve de portão, o Frontão do Cemitério, patrimônio cultural tombado. Sendo assim, é uma pesquisa que fala da morte e do morrer e, por isso, pretendemos levar em conta a esfera da afetividade, a partir da experiência do historiador que vai a campo. Esta pesquisa decorre do projeto “*De Guarairas a Arez: dinâmicas sociais e processos históricos de formação de uma espacialidade local (Séculos XVII a XX)*” (PIBIC/CNPq/UFCG) no qual fui pesquisador bolsista. Todo o projeto de iniciação científica foi construído a partir do recurso teórico-metodológico da História Local.

Recorremos ao trabalho da historiadora Vilma de Lourdes da Silva e Melo (2015) para conceituar o método. Esta sustenta que, para fazer História Local, é preciso partir de um sistema maior da qual ela é integrada, isto é, a esfera regional, o Estado nacional e até mesmo o contexto internacional. A História Local não busca, em hipótese alguma, isolar determinado espaço em busca de uma linearidade histórica evolutiva e progressiva. Melo indica que, caso não se considere “[...] aspectos relacionais e processuais, de variadas temporalidades e espacialidades” (Melo, 2015, p. 32), caímos no vício do localismo. Isto porque toda história intitulada como “nacional” já foi história local, antes da repercussão de acontecimentos na esfera local ser cristalizado em uma determinada historiografia.

Sendo assim, a questão espacial, dentro deste aparato teórico-metodológico, deve ser problematizada, procurando estabelecer um cenário de interação a partir de uma análise de escala (Melo, 2015). Logo, estudamos o local em relação a um espaço definido, mas sempre em conexão com outras escalas espaciais. O local, aqui, figura como um recorte temático para problematizar as relações sociais efetivadas na escala local que, como Melo expõe, é o “[...] espaço de atuação de sujeitos históricos” (Melo, 2015, p. 42). Na História Local não se busca fragmentar, mas estabelecer inter-relações entre o micro e o macro, o local e o universal, com

uma intenção clara: entender as especificidades e particularidades de um determinado local. Melo sintetiza esta discussão da seguinte forma:

[...] a história local tem-se voltado e considerado as especificidades e particularidades dentro de uma metodologia de pesquisa que considera aspectos da micro-história e da história da vida cotidiana, privilegiando novos objetos e sujeitos, revisitando memórias, envolvendo variados espaços e territórios, dentro, ainda, de temporalidades diversas, na perspectiva da compreensão das relações sociais que são geradas nesses espaços (Melo, 2015, p. 47).

Sendo assim, Melo indica, precisamente, que o específico não existe de modo isolado. A partir destas reflexões, procuramos construir uma história local que remete à articulação entre diversos espaços e temporalidades, sempre respeitando as especificidades, em busca de fugir de concepções generalizadas. Com estas ideias em mente, pesquisamos a pequena cidade de Arez, no Rio Grande do Norte, que está situada na microrregião do Litoral Sul, intermediária de Natal, conforme visto na imagem 01. Em 2022, data do último censo Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE, 2022)¹, esta possuía uma área territorial de 115.407 km², com pouco mais de 13 mil habitantes. Isto em uma economia local pautada na agricultura, pecuária e pesca. Apesar da força econômica na região, a zona urbana da cidade teve um ritmo de desenvolvimento mais lento do que cidades circunvizinhas (Sales Neto; Diniz; Chacon, 2022).

Imagem 01: Montagem de mapas da localização de Arez no Brasil e no Rio Grande do Norte



Fonte: Imagens da internet: Wikipedia.

¹ IBGE. Arês. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/arez/panorama>. Acesso em: 24 maio 2024.

Enquanto especialidade histórica, o núcleo populacional que se tornou a cidade de Arez é um dos mais antigos do Rio Grande do Norte (Sales Neto; Diniz; Chacon, 2022). Antes mesmo da colonização portuguesa, no século XVI, a região já era habitada por populações indígenas (Souza, 2017). Um século depois, a Missão Jesuítica de São João Batista de Guaraíras se estabeleceu, a fim de catequizar os indígenas. Em meio ao complexo contexto da expulsão dos jesuítas, a missão foi elevada à categoria de vila em 1760, sendo a segunda fundada em toda a capitania. Durante os séculos XIX e XX, a economia local foi fortalecida, junto aos engenhos de cana-de-açúcar, e o espaço urbano se modernizou.

Imagem 02: Fotografia atual do Frontão do Cemitério de Arez



Fonte: acervo do projeto.

Nesta extensa longevidade temporal, o espaço interagiu com acontecimentos de implicação regional e nacional marcantes para a história do Brasil. Hoje, é uma cidade diversa em tradições, culturas, com traços de uma história singular. Não é à toa que, durante a política de recenseamento dos bens culturais empreendida pelo Brasil no século XX, Arez foi uma das primeiras cidades com bens escritos no livro de tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Dentre estes, encontramos o objeto de pesquisa deste trabalho: o

Frontão do Cemitério (imagem 02). É um monumento funerário atribuído ao franciscano Hermenegildo Herculano Vieira da Costa (c. 1820-1885), que o teria construído em 1882, segundo escritores memorialistas da cidade (Lima, 2000; Barbalho, 2005; Sales, 2012, 2017). É uma peça repleta de ornamentos artísticos, que, no conjunto, formam um bem cultural muito particular. No ano de 1962, o monumento foi oficialmente inscrito no Livro do Tombo Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sob o número 351.

Apesar da notoriedade, não existia, até então, uma pesquisa acadêmica sobre este bem patrimonial. Sendo assim, pretendemos com este trabalho, historiar a construção do cemitério da cidade de Arez, em busca de problematizar os valores históricos e estéticos atribuídos ao seu Frontão, a fim de discutir sobre a sensibilidade em torno da morte e do morrer. Com isto, esperamos construir um conhecimento que, além de trazer novas implicações para a história do monumento funerário em questão, problematize a atitude humana diante da morte, e assim indique caminhos para colocar a obra em relação com a comunidade da qual faz parte.

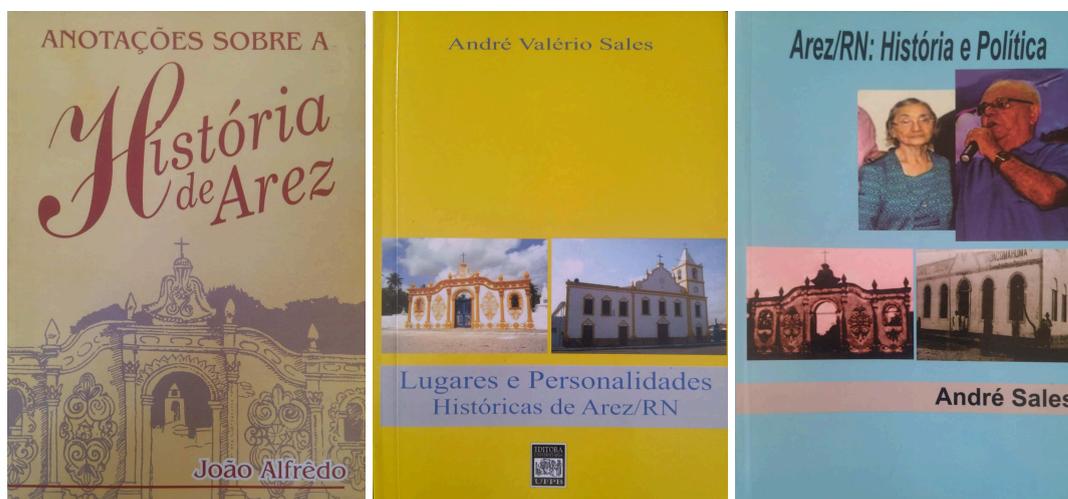
Para concretizar estes objetivos, utilizaremos diferentes fontes ao longo do trabalho, que foram localizadas em decorrência do projeto de iniciação científica. Boa parte destas fontes está no trabalho de historiadores e memorialistas que pudemos problematizar durante a pesquisa. Para estudar tais fontes, recorreremos às considerações de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2006) sobre a análise historiográfica. O historiador brasileiro indica que a cultura científica é caracterizada pela busca pela verdade e não existe um método que se aproxime mais da verdade do que outro (Albuquerque Jr., 2006). A História é uma literatura, mas presidida por regras distintas; ou seja, uma busca pela verdade que pode ser testada e verificada. É também ficcional, no sentido de conceber sentido aos problemas e eventos que se propõem estudar. Concordamos com Durval Muniz ao afirmar que a verdade é campo de convenção que se elabora através da linguagem, e, sendo assim, faz parte de uma disputa de poder (Albuquerque Jr., 2006). Desta forma, é necessária uma capacidade poética (Albuquerque Jr., 2006) para articular os fragmentos do passado que chegam até nós.

Com base no pensamento de Albuquerque Júnior (2006), a intenção de fazer uma análise historiográfica não é deslegitimar as obras destes autores. Não queremos propor uma reação desmedida sobre como os memorialistas constroem um saber histórico. Contudo, é preciso ter ciência que os memorialistas possuem obras ligadas a um viés teórico positivista, que priorizam os “grandes feitos e grandes homens”. Estes partem de uma metodologia apologética, que busca retirar fatos e feitos das fontes, sem a intenção de construir uma problematização mais profunda e com rigor técnico. Apesar disto, são estes trabalhos que

inauguram a historiografia da cidade de Arez e criam uma memória sobre o passado, as pessoas e os bens culturais da cidade. Ou seja, são fragmentos escritos de um passado que, se considerarmos o lugar social dos seus escritores, nos trazem indicações pertinentes para aprofundar.

Tratando das fontes históricas, utilizaremos os trabalhos dos memorialistas João Alfredo Pessoa de Lima Neto (2000), Claudionor Barroso Barbalho (2005) e André Valério Sales (2012, 2017). Com exceção do livro de Barbalho, no qual o Frontão do Cemitério aparece na contracapa, os outros livros possuem o monumento em destaque na sua capa, conforme visto na imagem 03. Isto indica, de antemão, a relevância do bem cultural para a cidade e a sua presença na memória social dos arezenses. No livro *Anotações sobre a História de Arez* (Lima Neto, 2000), Lima agrupou uma série de textos de diferentes autores, que pensam sobre diversos aspectos culturais, sociais e históricos da cidade, com algumas ilustrações ao longo do livro. Claudionor Barbalho, em seu livro *Villa de Arez: alguns fatos históricos dos séculos XVII, XVIII e XIX* (Barbalho, 2005), busca trazer indicações de aspectos históricos sobre Arez, retirados de uma série de fontes que tinha à disposição. Sales publicou alguns livros sobre a cidade, dos quais analisamos dois. Em *Lugares e Personalidades Históricas de Arez/RN* (Sales, 2012), como o título sugere, busca destacar alguns locais e indivíduos que julga importantes para a história do município. No segundo, com o título *Arez/RN: História e Política* (Sales, 2017), a perspectiva se mantém, no entanto, versa sobre temas tangentes, incluindo ensaios filosóficos.

Imagem 03: Capas dos três livros de memorialistas arezenses, nos quais o Frontão do Cemitério está em destaque.



Fonte: acervo do projeto.

Estas obras inauguram a história escrita arezense, mas em uma posição apologética frente às fontes, sem a intenção de aprofundar ou traçar uma problematização. Já quanto aos trabalhos historiográficos sobre a morte e a história dos cemitérios, temos como principal base as obras dos franceses Philippe Ariès (2017) e Michel Lauwers (2015), além do historiador João José Reis (1991). Estes historiadores forjaram trabalhos imprescindíveis para uma reflexão sobre as atitudes diante da morte (Ariès, 2017), o nascimento dos cemitérios (Lauwers, 2015) e as práticas brasileiras do bem morrer no século XIX (Reis, 1991).

Apesar da problematização deste trabalho apenas tangenciar a discussão do patrimônio, estamos falando de um bem cultural tombado nacionalmente. Sendo assim, recorreremos aos trabalhos de Márcia Chuva (2011, 2020) para traçar uma breve reflexão sobre o processo de patrimonialização do Frontão do Cemitério de Arez. Chuva aponta que hoje, o conceito de patrimônio possui várias dimensões e agrupa uma série de conhecimentos teóricos e empíricos (Chuva, 2020). Na prática, isto resulta em diferentes usos do patrimônio que, ao ser preservado por determinadas instituições, se torna matéria de vivências e conhecimentos para gerações futuras.

A prática de preservação surge no Brasil de forma particular, mas imerso num contexto maior. Entre os séculos XIX e XX, quando as nações se constroem à medida que foram construídas, os governos buscaram elaborar um fundo histórico de onde tudo partiu (Chuva, 2011). Para que os contemporâneos vissem este passado mítico materializado no presente, se fez necessário preservar determinados vestígios que representassem o passado que os Estados criaram para si. Assim, foi preciso criar uma série de técnicas e práticas. Isto se refletiu no Brasil dos anos de 1930, com suas respectivas particularidades, quando o Estado Novo buscou forjar uma dita “identidade nacional” para o povo brasileiro. Chuva indica que diferentes aparatos políticos foram criados para salvaguardar uma série de bens, com uma visão prévia do que seria o passado mítico da nação (Chuva, 2011).

Seja como for, enxergamos o patrimônio como fruto da atribuição de saberes e valores a um determinado bem, seja material ou imaterial (Chuva, 2020). Partindo desta ideia dessa historiadora brasileira, podemos problematizar as dinâmicas e contingências históricas do processo de atribuição de tais valores e saberes. E é isto que procuramos discutir, ao pesquisar o Frontão do Cemitério de Arez.

Além das fontes historiográficas, também utilizamos fontes imagéticas e documentais. Nesta esteira, para problematizar o uso da imagem na pesquisa histórica, os estudos de Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho (2009) e também Márcio Jesus Ferreira Sonego (2010) foram nosso aporte teórico metodológico. Esses historiadores brasileiros que o

invento fotográfico, que aconteceu entre os séculos XIX e XX, tornou a fotografia presente em várias camadas da sociedade, com diferentes usos e funções (Lima; Carvalho, 2009). Não tardou para que a imagem fosse aderida ao discurso historiográfico, sendo que esta adesão possui uma historicidade própria.

Fato é que, para propor uma discussão histórica pertinente, utilizando fotografias como fonte, é preciso estar atento às suas dinâmicas de uso, circulação, produção e funções culturais (Lima; Carvalho, 2009). Com isto em mente, existem diferentes caminhos que podem ser tomados ao pesquisar as imagens. Mas, independente de enxergar a fotografia como artefato (elemento material do passado) ou como índice (portador de sentidos e expressão), é preciso um esmero técnico de análise. Sonego (2020) indica que, seja o que for buscado captar na análise, é preciso situar bem como foi produzida, onde circulou e qual a recepção das imagens problematizadas.

O trabalho de Sonego permite indicar que, ao propor diferentes níveis de contextualização, é possível traçar uma reflexão sobre a narrativa visual que os sentidos e significados de um conjunto de fotografias podem contar (Sonego, 2020). A imagem é uma fonte histórica construída em um determinado momento, com uma determinada intenção. Logo, como Sonego (2020) propõe, buscamos comparar um conjunto de imagens localizadas na pesquisa, levando em conta os contextos de produção e circulação, propondo uma análise intertextual, para problematizar determinados aspectos da história do Frontão do Cemitério de Arez.

Para efetivar uma pesquisa sobre a afetividade oriunda da experiência de estar diante de um cemitério, foi preciso recorrer a uma análise interdisciplinar das vivências. Com este fim, visualizamos, no encontro metodológico entre a historiografia e a fenomenologia, um caminho possível. Nisto, o trabalho do psicólogo brasileiro William Barbosa Gomes (2010) foi essencial para traçarmos a problematização, aliado a conceituação do método fenomenológico, conforme David R. Cerbone (2014). A Fenomenologia é um campo e um método de investigação filosófica que consiste em descrever nossas experiências, entendidas como fenômenos, por meio de uma observação atenta. O movimento fenomenológico, que surgiu no século XX, pressupõe que “[...] prestar atenção à experiência em vez de aquilo que é experienciado é prestar atenção aos fenômenos” (Cerbone, 2012, p. 13), ou seja, a própria experiência. Na Fenomenologia, a característica fundamental da experiência é a intencionalidade, ou seja, toda experiência é *de* ou *sobre* algo. Este seria o traço que define o que é a experiência.

Dito isto, existe um pressuposto onde seria possível definir as estruturas essenciais da experiência, ao descrevê-las. O fenômeno, aqui, é a manifestação da experiência, pelo qual é possível captar sua estrutura e forma. O método fenomenológico, portanto, busca descrever os fenômenos assim como são percebidos, da forma mais pura possível, sem a interferência de teorias científicas. Ou seja, não importa, para os fenomenólogos, o que causa determinada experiência. A potência das experiências, por assim dizer, está no impacto direto e bruto de sua manifestação.

Nesta esteira, o Frontão do Cemitério sempre foi encarado pelo pesquisador como um objeto artístico. Para problematizar esta esfera, o pensamento do fenomenólogo Mikel Dufrenne (1998) nos trouxe o aparato necessário para discutir a experiência estética de estar diante deste monumento funerário. Para o pensador francês, a obra de arte surge quando um espectador se entrega à contemplação de um determinado objeto que, neste momento, se torna um objeto estético (Dufrenne, 1998). Portanto, o trabalho de Dufrenne oferece indícios para descrever e analisar a experiência de estar diante do Frontão, com base nos pressupostos da Fenomenologia. Ou seja, problematizar o impacto direto e bruto do monumento funerário na subjetividade do pesquisador.

Também buscaremos na Etnografia um aporte para materializar nossos objetivos de pesquisa. Enquanto método da ciência antropológica, em um sentido mais amplo, a Etnografia sempre estará ligada a escolhas teóricas. A teoria, no entanto, nunca está desligada das relações de poder. James Clifford (2002) problematiza a autoridade de campo etnográfica a partir de um panorama histórico da literatura antropológica do século XX. O autor propõe uma reflexão prática, pois o trabalho de campo etnográfico é, antes de tudo, um método sensível, que busca “[...] produzir conhecimento a partir de um intenso envolvimento intersubjetivo” (Clifford, 2002, p. 20). A etnografia é escrita, ou seja, a “[...] tradução da experiência para a forma textual” (Clifford 2002, p. 21). Trata-se de uma escrita conjuntural, que envolve várias instâncias *no* escritor e para além do escritor.

Este produto escrito, em contato com seus pares, carece de um estatuto de autoridade, ou seja, algo que conceda verdade ao texto. Ao longo do século XX, alguns paradigmas científicos receberam críticas e, cada um a seu modo, trouxeram contribuições para a escrita etnográfica. Hoje, atribui-se uma importância à atividade criativa do leitor, forjando assim um novo paradigma de autoridade, focado em atos específicos de leitura, sempre plurais (Clifford, 2002, p. 54). Busca-se sobretudo formar

[...] imagens complexas e concretas uns dos outros, assim como das relações de poder e conhecimento que as conectam; mas nenhum método científico soberano ou instância ética pode garantir a verdade de tais imagens. Elas são elaboradas - a crítica dos modos de representação colonial pelo menos demonstrou isso - a partir de relações históricas específicas de dominação e diálogo (Clifford, 2002, p.19).

Buscando formar estas imagens densas, o pensamento de Clifford Geertz nos oferece ferramentas interessantes. Partimos do pressuposto que “[...] o homem é um animal amarrado à teia de significados que ele mesmo teceu” (Geertz, 2008, p. 4). Interpretar esta teia é adentrar o cerne da cultura. A Antropologia é vista por Geertz como uma ciência hermenêutica que utiliza o método etnográfico. Um esforço intelectual que busca realizar uma *descrição densa* do comportamento humano, entendido como ação simbólica. O trabalho etnográfico, portanto, constroi uma leitura da multiplicidade de estruturas conceituais complexas em suas relações intrínsecas. Por meio de uma observação atenta na experiência etnográfica, é possível “inscrever” as curvas de um sistema simbólico que constituem o universo do discurso humano.

Não concordamos, no entanto, com a ideia de que a cultura se reduz a um texto. Cultura, como pensa o erudito francês Michel de Certeau, é, dito de forma simplória, a prática de dar significado. Este é um movimento natural e humano, demasiadamente humano, de cingir nossas experiências com os signos e símbolos. Ora, a cultura “[...] consiste não em receber, mas em exercer a ação pela qual cada um marca aquilo que outros lhe dão para viver e pensar” (Certeau, 1995, p. 143). São estas práticas significativas que buscarei explorar, neste trabalho.

Muito se fala, no âmbito da Etnografia, em uma Antropologia Urbana. O etnógrafo José Guilherme Cantor Magnani expõe que, neste contexto, a cidade “[...] mais do que um mero cenário onde transcorre a ação social, é o resultado das práticas, intervenções e modificações impostas pelos mais diferentes atores” (Magnani, 2009, p. 132), isto levando em conta uma rede de interações complexas. Os atores sociais são visualizados no interior de seus vários arranjos coletivos, em busca de reconhecer regularidades. Partir dos padrões e não de desencontros implica dizer, necessariamente, que existe alguma ideia de totalidade como pressuposto (Magnani, 2009). Esta totalidade seria justamente os múltiplos planos e escalas de um objeto de estudo, levando em consideração a sua dupla face: vivida pelos atores sociais é percebida e descrita pelo pesquisador, em termos de categorias. É uma totalidade que busca elementos mínimos estruturantes.

Assim como a antropóloga brasileira Elisa Gonçalves Rodrigues (2023), percebo o cemitério como uma cidade, em que há um entrelaçamento simbólico-prático de

uma cidade vivida (inter)subjetivamente e de uma cidade cujas paisagens transformam-se objetivamente ao longo do tempo, mediante os anseios humanos, e que passa a ser observada/sentida pelo pesquisador para além de um local com segmentações fechadas, de um planejamento que desconsidera os devaneios humanos de praticá-la e sonhá-la cotidianamente no ato mesmo de vivê-la (inclusive na relação com os mortos) (Rodrigues, 2023, p. 67).

Com estas reflexões em mente, podemos traçar um caminho viável para discutir a experiência de estar diante do Cemitério de Arez. As indicações do método etnográfico nos permitem problematizar as vivências de uma excursão à cidade de Arez, que aconteceu em junho de 2022, em decorrência do projeto de iniciação científica. Na ocasião, passamos uma semana pesquisando na cidade, onde pude entrar em contato direto com o objeto de pesquisa, pela primeira vez. Ora, a ação etnográfica pode decorrer de forma planejada ou imprevista, como uma experiência (Magnani, 2009). Este foi o meu caso que, por acaso, levei um caderno para a viagem, no qual fui registrando todo o impacto causado pelas vivências de pesquisa no campo causaram.

O percurso a caminhar

Este texto é um convite a uma caminhada. Cada capítulo é uma parada para observar um de nossos objetivos de pesquisa. Na primeira parada, buscarei historiar a construção do Cemitério de Arez a partir dos movimentos de secularização dos enterramentos, no Brasil, durante a segunda metade do século XIX. Isto será feito a partir de uma bibliografia pertinente ao assunto aliado à análise de fontes documentais. Conforme pensa Melo (2015), fonte teórico-metodológica do capítulo, a esfera local está em relação direta com as modulações regionais, nacionais e até globais. Sendo assim, iremos traçar uma trajetória de continuidades e contingências históricas do macro para o micro.

De início, iremos visualizar um panorama da herança ocidental, no qual a antiga necrópole se transforma no cemitério cristão: um lugar consagrado numa terra de inumação. Com este fim, o trabalho de Michel Lauwers (2015) será a principal referência para refletirmos. Para analisar a esfera nacional, a base será Reis (1991), traçando as primeiras semelhanças e particularidades. Posteriormente, por meio de trabalhos acadêmicos, estudaremos, brevemente, a esfera regional, focalizando as mediações de Natal, no Rio

Grande do Norte. Na segunda parte do capítulo, pretendo fazer uma análise detida da construção do cemitério de Arez. Em um primeiro momento, buscarei problematizar a memória social contida sobre sua edificação na historiografia local e, posteriormente, articular trabalhos acadêmicos e fontes documentais para traçar uma narrativa sobre sua edificação, inserindo este acontecimento local dentro do movimento de secularização nacional.

No segundo capítulo, buscaremos problematizar as dinâmicas históricas da edificação do Frontão do cemitério, problematizando seus sentidos históricos e estéticos, no que diz respeito a patrimonialização e particularidades artísticas. Isto será feito a partir da articulação de fontes documentais, imagéticas e bibliográficas. Primeiro, procuraremos estipular hipóteses sobre a edificação do Frontão, incluindo-o na secularização dos enterramentos, utilizando documentos de estado, como relatórios e periódicos, além de fotografias. Em seguida, discutiremos a ideia de patrimônio, para entender como aconteceu o processo de tombamento do Frontão como patrimônio histórico e artístico nacional.

Após conhecer o espaço cemiterial de Arez e seu Frontão, é hora de caminhar pelas suas ruas. No terceiro capítulo, iremos problematizar as vivências de pesquisa do cemitério de Arez, em decorrência da excursão a cidade, realizada em junho de 2022. De início procuraremos contextualizar a viagem e o projeto de iniciação científica (CNPq/UFCG) da qual fez parte. Feito isto, buscarei descrever as vivências de pesquisa na cidade, tendo como foco o cemitério. Isto com base em um diário de bordo, escrito pelo discente/pesquisador, enquanto estava na cidade. Por fim, buscarei analisar as experiências da pesquisa para visualizar algumas facetas que podem ser acessadas ao pesquisar em um cemitério, como a histórica, etnográfica e a artística e filosófica, articuladas diretamente com as vivências do historiador que vai a campo. Cada uma destas formas de observar o objeto de pesquisa são também faces subjetivas do pesquisador. Isto enquanto um indivíduo que vê na escrita o seu lugar no mundo. Como um historiador em formação, que toma o tempo como sua maior inspiração. Também como artista plástico, que presenciou o Frontão enquanto espectador e criador. Por fim, como estudante de Filosofia, principalmente na veia Estética, que percebeu no monumento um convite à reflexão sobre a finitude da vida.

I. A EDIFICAÇÃO DA CIDADE DOS MORTOS: O NASCIMENTO DO CEMITÉRIO EM AREZ

“Para desvirginar o labirinto
Do velho e metafísico Mistério,
Comi meus olhos crus no cemitério,
Numa antropofagia de faminto!”
Augusto dos Anjos, 1998

Entre ruas e esquinas onde pessoas caminham, trabalham e traçam laços, encontramos, no interior de seus muros, pessoas que já não respiram. Hoje, quando nos deparamos com um cemitério, o impacto é inevitável. No entanto, nem sempre foi assim, o cemitério já foi encarado como uma rua qualquer. Isto porque o impacto afetivo diante de um espaço funerário é fruto de uma dinâmica histórica. Atualmente, o cemitério é o espaço destinado à morte e seus aspectos existenciais, sociais e culturais. Estar diante da morte é fenômeno mais bruto, imediato e angustiante, que sussurra em nosso ouvido o que tanto queremos negar: somos animais subordinados às leis da natureza. E isto desperta a angústia, pois se vamos morrer, acordamos para que temos uma vida, uma única vida.

Como expôs Rodrigues (2023), o cemitério, assim como a cidade dos vivos, possui transeuntes, usuários, trabalhadores e moradores, sejam humanos ou não humanos. Na cidade dos mortos, indivíduos circulam, observando e seguindo o seu percurso cotidiano na urbe. Há também pessoas que adentram as portas da cidade, seja para conhecer, cultuar ou relembrar memórias dos falecidos. Há também coveiros, zeladores e demais cuidadores do espaço; por último, encontramos animais e, em alguns casos, pessoas em situação de rua que se abrigam por lá. São diferentes usos simbólicos e práticos do espaço cemiterial, sempre marcados pelo afeto.

Nesta esteira, o cemitério, como experienciamos hoje, é produto de um longo processo histórico. E como expõe Lauwers (2015), isto vale tanto para a própria configuração do espaço, no que diz respeito aos usos, sentidos e funções socioculturais, como também para a cidade cemiterial de Arez. A nossa primeira caminhada, portanto, busca historiar o nascimento dos cemitérios de Arez, em um movimento de longa duração da secularização dos enterramentos no Brasil, durante a segunda metade do século XIX. A partir da ideia que a história local se descortina nas teias da história global, como argumenta Melo (2015), iremos historiar a construção da cidade cemiterial areense, em busca de propiciar a articulação de experiências cotidianas em diferentes escalas de observação.

Com estes objetivos em mente, traçaremos um panorama da herança ocidental, quando a antiga necrópole se transformou, num movimento lento, no cemitério cristão: um lugar consagrado numa terra de inumação. Isto com base nos trabalhos da historiografia francesa sobre a morte, principalmente na obra de Michel Lauwers (2015) aliado às reflexões do Phillipe Ariès (2017). Posteriormente, para analisar a esfera nacional e regional, utilizaremos as discussões estabelecidas por João José Reis (1991) e Rubenilson Brazão Teixeira (2006), traçando as primeiras semelhanças e particularidades brasileiras. Feito isto, iremos verificar como Arez se insere nesta história da morte, na escala local, buscando entender a construção do cemitério da cidade neste cenário de inter-relações. Isto será feito a partir de uma análise historiográfica do saber local contido na historiografia sobre Arez, aliada a documentos de estado localizados na pesquisa.

I.I A herança do ocidente: lugar sagrado e terra dos mortos

As atitudes diante da morte, como sepultar um cadáver, se configuram como uma massa inerte de costumes duradouros e mudanças sutis, quase imperceptíveis (Ariès, 2017). Reis (1991) indica que diversos historiadores, sobretudo franceses e ingleses, escreveram uma historiografia em torno da morte e do morrer, por meio de pesquisas exaustivas, buscando captar nuances das práticas culturais humanas frente à finitude. Partimos da ideia de que existe uma encruzilhada de várias culturas, em que, parafraseando Reis, o Rio Grande do Norte e o Brasil são parte de um ocidente cristão, que “[...] vinha experimentando mudanças importantes em sua visão da morte, ao longo dos séculos XVIII e XX” (Reis, 1991, p. 23). Portanto, iremos traçar um panorama da herança deste ocidente cristianizado no que diz respeito ao nascimento da cidade cemiterial de Arez.

I.I.I Na Europa cristã

Para estabelecer uma discussão sobre o nascimento do cemitério, a obra homônima de Michel Lauwers (2015) é nossa principal referência historiográfica. O espaço cemiterial surgiu como um motivo de grandes incertezas e gerou inúmeros debates entre eruditos, teólogos e juristas, durante os séculos XII e XIII. Lauwers problematiza esses debates de letrados para elaborar uma historicidade da espacialização do espaço sagrado, além de tornar inteligível um sistema social em ebulição, aliando diversos tipos de fontes. Desta forma, formulou em sua obra um certo número de hipóteses sobre o surgimento deste espaço.

Em seu livro, o historiador francês pontua que, durante os séculos VII e XII, as populações do medievo ocidental se estabeleceram próximas aos restos mortais dos seus membros (Lauwers, 2015). Neste período surgiu, ainda de forma muito disforme e diversa, as *zonas de sepulturas coletivas*; neste espaço os mortos eram enterrados sem preocupação com o corpo ou mesmo com o lugar. As sepulturas coletivas logo cedo receberam o nome de cemitério, palavra que, de início, designava diferentes tipos de lugares funerários, geralmente referindo-se à inumação coletiva. No século XI, uma nova etimologia foi forjada para o termo *Cemiterium*, que pretendia significar o lugar onde os corpos se consomem para voltar a ser cinzas. Foi a partir desta ideia que, no século XII, surgiu a noção de “terra cemiterial”.

A terra cemiterial, onde se misturavam os restos mortais, se tornou um espaço de convívio, ou seja, um verdadeiro lugar de sociabilidade. Ariès (2017) chega a compará-lo a um bairro, pois, no mesmo local onde enterravam os mortos, coexistiram comércio, serviços eram oferecidos à população que habitavam o mesmo espaço, onde faziam jogos, assembleias e se divertiam. Neste contexto, os vivos desejavam a presença dos mortos em seu cotidiano, isto é, de seus pais e ancestrais. Este “ancestral” não possui um sentido individualizado, de uma pessoa específica, mas um grande coletivo anônimo. Tais ancestrais desconhecidos prestavam autoridade, ofereciam normas e sabedoria aos que conviviam no mesmo espaço que eles.

Nesta esteira, o cemitério possuía uma função social clara, isto é, agregar a comunidade espiritual de fiéis que formavam a Igreja. Para que os laços entre vivos e mortos fossem escritos em um espaço específico, a formação do que se entende por *Igreja* foi essencial, a partir da atuação dos clérigos e de um corpo social. Atravessando um processo complexo, este espaço circunscrito se tornou um lugar sagrado, evento nunca visto no ocidente, pois agrupava em uma terra fixa um conjunto de vivos e mortos. Para Lauwers, “[...] seja no plano da topografia, seja de um ponto de vista mais abstrato, ideológico, o cemitério era indissociável da Igreja” (2015, p. 21). O termo *Ecclesia*, que hoje entendemos por igreja, é muito polissêmico. Dentre os possíveis significados, Lauwers se atém aos seguintes: a) conjunto de fiéis em um nível espiritual, seja em qual lugar estiver e b) edifício material, enraizada em um local específico.

No ocidente medieval, a terra cemiterial se remetia tanto ao conjunto de fiéis (vivos e mortos) quanto ao seu local de enraizamento. Percebe-se que o cemitério teve um papel ímpar em um longo processo que conciliou as duas dimensões do termo *Ecclesia*. Este conceito passou a significar uma “[...] vasta comunidade espiritual, englobando o conjunto da sociedade, e a existência de um domínio de edifícios e de terras funerárias que polarizaram a

organização social” (Lauwers, 2015, p. 23). Isto significa, para Lauwers, que a consagração de um edifício religioso provido de um cemitério foi essencial para o assentamento dos humanos no medievo, e contribuiu decisivamente para formar o que se entende por *habitat*. O cemitério e a Igreja estabeleciam um pólo que os cristãos deveriam permanecer ligados ou enraizados.

Percebemos, aqui, o surgimento de um espaço paradigmático: um território de sociabilidade com vários usos sociais, mas também um espaço consagrado de uso restrito; era uma comunidade espiritual e no mesmo passo uma célula espacial. Portanto, para continuar a sua pesquisa, Lauwers precisou fazer uma antropologia do sagrado, em busca de visualizar suas particularidades na Europa. No medievo ocidental cristão, o conceito de *sagrado* resultou de técnicas ritualísticas de pontos precisos, pessoas, lugares e objetos. O sagrado, portanto, não é algo auto evidente e natural, mas foi forjado, consagrado a partir de ritos de sacralização. Foi desta forma que, em um movimento lento e complexo, o espaço cemiterial foi consagrado.

Acontece que, durante os séculos VIII e IX, era preciso participar dos rituais estabelecidos pelos clérigos para pertencer a *Ecclesia*. O clero buscava estender seu controle para a organização material dos lugares de culto e anexos. Neste contexto, o rito de consagração se expandiu para os arredores da Igreja, a partir do que ficou conhecido como *circuitos*, chegando, por exemplo, aos átrios e zonas funerárias. Em dado momento, foi prescrito aos fiéis batizarem seus filhos, pagarem dízimos e inumar os mortos. A condição para o lugar de inumação que surgia, prescrevia o afastamento do lugar de residência em relação à Igreja.

A partir do século X, os circuitos funerários foram consagrados como as igrejas das quais era anexado. Neste momento que o termo cemitério se impôs como “[...] campo de sepulcros consagrados pertencentes às igrejas” (Lauwers, 2015, p. 337). Ao longo do século XI, os edificios eclesiais se multiplicaram, e no mesmo passo se difundiu o rito de consagração dos cemitérios. Aos poucos, o novo sentido da palavra “*cemiterium*”, como terra anônima onde se misturam as cinzas dos mortos, deu lugar a ideia de uma terra cemiterial como um polo de sacralidade.

No fim da Idade Média, o cemitério se tornou um lugar reservado aos mortos. Os debates entre eruditos, teólogos e juristas culminaram na tentativa de implantação de novos hábitos para este espaço. Foi assim que, “[...] a partir do [século] XII, as autoridades eclesiásticas proibiam de forma recorrente as construções nos cemitérios” (Lauwers, 2015, p. 323). O clero passou a combater qualquer utilização profana, não eclesiástica, da área

cemiterial. Nota-se que as proibições foram, de certa forma, postas em práticas. Nos séculos XI e XII, os cemitérios habitados possuíam casas e jardins. Tais jardins foram verdadeiros lugares de produção e plantio. A exploração do que nascia e pertencia ao cemitério foi condenada no século XIII, a partir de razões da ordem do direito e da liturgia: tudo o que estava no território consagrado era propriedade da Igreja.

A recusa do profano e das práticas costumeiras foram sendo preditas nos estatutos sinodais, resultantes de encontros de bispos e papas. Denunciaram o comércio, as danças e jogos nos lugares sagrados. As autoridades religiosas queriam fazer do cemitério um lugar exclusivamente religioso, para rezar sobre os túmulos de parentes. E as autoridades locais aproveitaram a condição incerta dos cemitérios para também elaborar novas normas, exigências e gestão de bens do espaço cemiterial. Foi um período de reorganização do espaço.

Nos séculos XII e XIII os clérigos começaram a prezar pela limpeza e conservação dos cemitérios. No entanto, é certo que “[...] até o fim da Idade Média, e até bem depois disso, as áreas de cemitérios continuavam a abrigar todo tipo de práticas mais ou menos aceitáveis, a atrair mercados e assembleias” (Lauwers, 2015, p. 330). Apesar disto, é nítida a tentativa de separar os vivos e seu cotidiano ordinário do cemitério. Neste fim de Idade Média, as autoridades eclesiásticas buscaram conferir um novo sentido ao uso do espaço cemiterial: um lugar de preces, como também um “[...] teatro da certa pastoral do medo” (Lauwers, 2015, p. 331). Isto é, um local para os vivos contemplarem a morte futura e prezarem pela sua salvação individual. Este uso social do cemitério como um dispositivo de “*memento morri*”, para lembrar-se da própria morte, é completamente diferente do que foi um lugar onde os ancestrais anônimos participavam diretamente do cotidiano dos vivos.

I.I.II No Brasil dos séculos XVIII e XIX

Sendo assim, o nascimento deste espaço bem particular na Europa Cristã foi realizado a partir da identificação de pessoas santas e igrejas santas, que realizam ritos de consagração da terra cemiterial. Ora, enterrar um ente falecido, seja qual for o espaço, é uma atitude humana diante da morte. João José Reis (1991) fez um mapeamento básico da historiografia sobre as maneiras, culturais e historicamente situadas, das atitudes humanas diante da morte. O historiador francês Philippe Ariès (2017), citado por Reis, afirma que da Idade Média até meados do século XVIII, existiu, no ocidente católico, uma proximidade entre vivos e mortos, em que a morte fez parte da vida doméstica.

A igreja e os cemitérios paroquiais foram locais de integração entre o sagrado e o profano. Sendo assim, não havia separação entre a cidade dos vivos e a dos mortos. No entanto, temia-se a morte, mas de um modo diferente do atual: o temor era uma morte sem aviso e preparação, de forma repentina, trágica e, sobretudo, sem funeral adequado. Os mortos também eram temidos, mas se o corpo fosse bem cuidado, isto é, enterrado adequadamente, não representava nenhum perigo.

Nesta questão, as irmandades tiveram um papel ímpar de cuidar dos funerais e missas. Ou seja, associações de religiosos, Isso para garantir a devida passagem desta vida para a outra. Neste contexto, os ricos fizeram dos seus enterros um verdadeiro espetáculo. Era um funeral barroco que, quanto maior, com mais pompas, gastos e participações, melhor. Reis escreveu que, de “[...] um modo amplo, podemos dizer que uma mentalidade desse tipo ainda predominava no Brasil” (Reis, 1991, p. 1991) no início do século XIX. Na França desta época, uma nova mentalidade na atitude diante da morte se delineou. Ao longo do século XVIII, ocorreu um processo de descristianização dos costumes e hábitos, os funerais se tornaram menos barrocos.

Lentamente, o comportamento diante da morte e dos mortos mudou: os vivos silenciavam a própria morte e passavam a falar da morte alheia. Era uma morte romântica na literatura e recôndita e escondida no cotidiano. Os mortos se tornaram um tabu público, velados na vida privada, na intimidade da família. É o que Ariès chama de *morte selvagem* ou *individualista* (Ariès, 2017). Nestes termos, os critérios médicos, mais do que os religiosos, começaram a definir a pureza e o perigo dos rituais de sepultamento. Durante o século XVIII que surgiu, aos poucos, uma atitude hostil frente a proximidade dos mortos e moribundos, visto que seus corpos e odores poderiam fazer mal à saúde.

Os médicos indicaram a solução de “[...] proibir enterramentos nas igrejas, transferir os cemitérios paroquiais para fora das cidades e vilas, criar cemitérios extramuros” (Reis, 1991, p. 75). A doutrina dos miasmas, criada pela ciência do XVIII, dizia que a matéria orgânica em decomposição forma vapores danosos à saúde, infectando o ar. Além disso, o cheiro fétido dos mortos e sepulturas passaram a incomodar. Isso, junto a outros fatores, eram sustentados em favor da salubridade da cidade. Foi assim que as autoridades buscaram proibir os enterros na Igreja e Cemitérios contíguos; posteriormente, também tentaram regular novos usos e disposições dos cemitérios. Assim, na França da primeira metade do XIX, surgiu o módulo básico de sepultamento que inspirou outros Estados nacionais, como o brasileiro (Reis, 1991).

Reis também analisou a historiografia inglesa, que faz um contraponto com as produções francesas. Os historiadores ingleses afirmam que cada país ou talvez “região cultural” possui uma cronologia própria das atitudes diante da morte (Reis, 1991). Na Inglaterra, por exemplo, já no século XVI começou a ocorrer o declínio “[...] da forma de bem morrer herdadas da tradição católica” (Reis, 1991, p. 78), em decorrência, por exemplo, do protestantismo. Seja como for, houve resistência às pretensões de legislar as regras funerárias. Na Europa foram poucos casos significativos, e alguns se restringiram a comunidades rurais, por razões religiosas, que atuaram sob diferentes formas de resistência.

Tomando como exemplo a França, o governo português impôs leis sobre as regras funerárias, já no ano de 1835 (Reis, 1991). Este proibiu enterros nas igrejas, recomendando a sepultura dos cemitérios fora dos limites urbanos e a implantação das covas individuais. Assim, o cemitério paroquial foi se tornando um cemitério público. Estas reflexões, propostas pela historiografia europeia sobre a morte, são úteis para captar aspectos que interessam a compreensão do caso da cidade de Arez.

Uma particularidade importante no caso brasileiro vem das chamadas Irmandades. Desde o século XIII, as confrarias, ou seja, associações de pessoas com objetivos semelhantes, estavam presentes em Portugal, sendo formadas por irmandades e ordens terceiras, isto é, leigos católicos associados (Reis, 1991). Foram constituídas por uma maioria leiga, mas também religiosos. As irmandades eram ligadas a um templo, a partir do qual se encarregaram de prestar apoio e caridade à população e indigentes, incluindo a manutenção de seus enterros, em geral, dentro ou próximo das igrejas. Além desta ligação direta com a manutenção do rito de inumação coletiva no Brasil, as irmandades foram os principais veículos para a difusão do catolicismo popular e, junto a ele, as tradições do enterro cristão (Reis, 1991). Os ensinamentos promovidos pelas irmandades se mesclaram com as várias práticas culturais brasileiras, formando um catolicismo diverso, profundamente influenciado, por exemplo, por práticas pagãs (Reis, 1991). Esta mistura de influências estruturou a mentalidade que ditava os costumes perante a morte de um ente.

Num outro lado da moeda, adverso a prática do “bem morrer” proposta pelo catolicismo popular, os cidadãos “ilustrados” defenderam discursos higienistas. Pregou-se a necessidade de civilizar os costumes, visto que alguns médicos brasileiros estavam seguros que:

[...] a decomposição de cadáveres produzia gases que poluíam o ar, contaminavam os vivos, causavam doenças e epidemias. Os mortos representavam um sério problema da saúde pública. Os velórios, os cortejos

fúnebres e outros usos funerários seriam focos de doença, só mantidos pela resistência de uma mentalidade atrasada e supersticiosa [...] (Reis, 1991, p. 247)

Sendo assim, foi indicado a necessidade de impor práticas higienistas, e, se possível, afastar o cemitério das cidades. Tudo para combater os chamados miasmas: “[...] eflúvios, pestilências, emanações, gases ou vapores pútridos, humores fétidos” (Reis, 1991, p. 252), que emanava das sepulturas, ressaltando um só perigo: os riscos da matéria vegetal morta. A partir destas ideias, forjaram discursos científicos para afastar os enterros das zonas urbanas. Em pouco tempo estes discursos chegaram às autoridades, que escutaram atentamente os perigos da convivência entre vivos e mortos. Já em 1801, “[...] a primeira lei colonial regulamentando as práticas vigentes de sepultamento combatia todo tipo de enterros dentro dos limites urbanos” (Reis, 1991, p. 274). É nesta época que se inicia a construção de cemitérios em todo o território brasileiro, apoiados pela Lei, que aos poucos sucateou os costumes fúnebres herdados das irmandades católicas.

A partir do que foi dito, podemos vislumbrar “[...] o processo de mutação das sensibilidades orientado pela racionalidade burguesa triunfante que passava a criticar os enterros dentro das igrejas e nos cemitérios contíguos” (Reis, 1991, p. 74). Foi proibido, contudo, a proximidade entre vivos e mortos, por conta dos riscos à saúde e aos miasmas, por meio do discurso de médicos e sanitaristas. Isto se configura como um retrato da tendência de laicização da sociedade, em favor de um estilo menos coletivo e festivo dos rituais fúnebres.

No começo do século XIX, as Câmaras debateram o problema do sepultamento, que resultou em uma legislação própria. Em 1825, os enterramentos fora dos muros do cemitério foram condenados. No ano de 1828, com a lei de reestruturação dos municípios, a política imperial se orientou para o âmbito nacional. Neste contexto, o enterramento intramuros foi um tópico de ênfase da campanha civilizatória do império. Reis (1991) percebeu este fator analisando as Câmaras Municipais e Assembleias Provinciais, que tentaram controlar a vida cotidiana, civilizando os costumes. Tem-se, portanto, um conflito entre a legislação e a experiência concreta de cada sociedade e cultura.

Feito estas considerações sobre a estruturação dos cemitérios no Brasil, podemos visualizar particularidades em uma escala mais próxima. Rubenilson Brazão Teixeira (2006) fez um estudo com reflexões pertinentes, sobre as interações entre o sagrado e a província do Rio Grande do Norte. Os aglomerados urbanos potiguares se desenvolveram durante o século XIX. Na segunda metade do século, a igreja e o cemitério, que antes compartilhavam o mesmo espaço, foram separados. Teixeira explica que

[...] os dois equipamentos – a igreja e o cemitério – se localizavam no mesmo sítio, o último dos quais muitas vezes se estendendo numa área maior do que a da igreja propriamente dita e ocupando, por exemplo, o adro e pátio que ficavam adjacentes ao templo. O largo - ou adro quando se tratava do espaço localizado imediatamente em frente da igreja (BLUTEAU, 2000) – possuía o mesmo status sagrado do interior, ainda que fosse menos destacado (Teixeira, 2006, p. 18).

Nestes termos, os adros da igreja foram um sinônimo de cemitério. Tanto o adro como o pátio foram utilizados para enterramentos; neste espaço era proibido comércio ou qualquer prática recreativa. Aos poucos, o espírito científico que citamos acima, começou a tachar a convivência de vivos e mortos como insalubres, pois os miasmas e doenças podiam transmitir pestes. Atento a estas questões de salubridade, a Lei Imperial separou igreja e cemitério em 1828. Em pouco tempo, as posturas municipais proibiram a prática de enterros dentro ou próximo da igreja, durante a segunda metade do século XIX. A população ficou descontente com a medida, pois o lugar de enterro era importante para a salvação da alma.

Nesta segunda metade de século, o Rio Grande do Norte vivenciava o flagelo das epidemias que assolavam a população. O autor comenta que:

Sem atingir o mesmo grau de insatisfação, o descontentamento da população sobre a questão e sua resistência às novas orientações ficaram registrados em alguns documentos relativos à província do Rio Grande do Norte. Segundo o presidente Casimiro José de Moraes Sarmiento, a oposição aos enterros fora das igrejas resultava “da ignorância e dos preconceitos suscitados pelas novas instituições” (FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO, 1999) (Teixeira, 2006, p. 19).

As constituições do Arcebispado da Bahia prescrevem normas para a construção de igrejas e cemitérios. Neste caso, este último ainda se tratava de adros. Teixeira (2006) verifica que os aglomerados potiguares prestaram bastante atenção a tais normas. Já traçando algumas ligações com a cidade de Arez, verifica-se a aplicação das normas. Dentre estas normas, podemos citar, por exemplo, a orientação que a fachada da Igreja Matriz apontasse para o oeste, sendo o rosto do padre apontando para o leste. Neste caso, em Arez, a orientação satisfaz a norma de existir um eixo imaginário seguindo a dimensão longitudinal da igreja, ligando-a ao cemitério. Isto acontece na cidade de Arez, conforme visto na imagem 04. O eixo imaginário liga a paróquia de São João Batista ao Cemitério da cidade.

Teixeira (2006) afirma que, mesmo após a separação física da Igreja com o Cemitério, ainda existia uma relação em que estes dois espaços, em conjunto, formam um todo. Pode-se

dizer também que é uma ligação simbólica, pois essa relação longitudinal indica o nascer e pôr do sol, que simboliza a vida e morte. É também notório o papel de missionários, padres e mesmo irmandades na construção dos cemitérios do Rio Grande do Norte. O autor comenta que na “[...] realidade, o cemitério ainda era assunto da Igreja oficial. Somente na República se torna definitivamente laico” (Teixeira, 2006, p. 24). Eram as autoridades da igreja que autorizavam a construção dos cemitérios, sua localização e utilização.

Imagem 04: Mapa do centro de Arez, em que é visto um eixo imaginário entre a Igreja e o Cemitério



Fonte: Google Maps, 2022.

Aconteceu, portanto, que o governo da província construiu os cemitérios, mas as irmandades e os municípios podiam administrá-los, segundo a lei n 577 de 28/12/1864. Importante mencionar que em 27/04/1870, um decreto do imperador ordenou separar um espaço no cemitério para os não católicos. Outro ponto pertinente é que, devido a sua localização fora dos aglomerados urbanos, “[...] os cemitérios serviam de elemento de estruturação da expansão urbana” (Teixeira, 2006, p. 25). Se olharmos com atenção na imagem 04, existe uma rua quase em linha reta que vai da Paróquia até a Praça da Saudade, que fica em frente ao cemitério. Esta via, inclusive, possui o nome de Rua Campo Santo, sendo por ela que acontecem as procissões da Igreja ao sepultamento no cemitério. Seja como for, com a constituição de 1891, os cemitérios foram secularizados e passaram a ser

competência do poder público. A preocupação espacial saiu do simbólico e foi para o ambiente científico.

I.II A edificação dos cemitérios em Arez

A partir do que foi exposto, é nítido que o cemitério se configurou como uma espacialidade cultural muito particular. Também visualizamos o cenário do surgimento dos cemitérios na Europa, até sua estruturação como o conhecemos hoje. Sendo assim, podemos problematizar as semelhanças e particularidades, no que diz respeito ao nascimento dos espaços cemiteriais em Arez. Isto porque a cidade é parte de um ocidente cristão e deste contexto de interações. Para captar estas nuances, iremos utilizar como fonte o saber local, contido em uma dada memória social sobre a cidade, além de fontes documentais.

I.II.I O espaço cemiterial na memória social

Entendemos por memória social o conjunto de representações e conhecimentos que inventam um passado para determinado espaço ou qualquer outro objeto histórico. Esta memória é construída por indivíduos ou grupos que detêm o poder de divulgação de suas produções. Dito isto, buscamos conhecer o que o saber local, contido nesta memória social, pode nos dizer sobre a edificação dos cemitérios arezenses. Logo depois, iremos articular alguns documentos que podem nos indicar aspectos pertinentes sobre os cemitérios de Arez.

A partir de uma análise de quatro obras, isto é, *Anotações sobre a História de Arez* (Lima Neto, 2000), *Villa de Arez: alguns fatos históricos dos séculos XVII, XVIII e XIX* (Barbalho, 2005), *Lugares e Personalidades Históricas de Arez/RN* (Sales, 2012) e *Arez/RN: História e Política* (Sales, 2017), podemos captar a memória social em torno do cemitério e seu frontão. João Alfredo Pessoa de Lima Neto foi um professor e musicólogo nascido em Natal, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Claudionor Barroso Barbalho é professor aposentado do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). André Valério Sales é mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e escritor. Logo, percebemos que os autores se encaixam no perfil de historiadores que comentamos: homens que detêm o poder de publicação e divulgação de saberes, ligados a instituições de pesquisa. Estes buscaram

construir um discurso histórico pautado no acúmulo de fontes, por meio do qual acreditam trazer indicações factuais sobre o passado da cidade.

Arez aparece nestes livros por meio de dados, estatísticas quantitativas e citações diretas a documentos de estado, sem uma problematização qualitativa ou profunda das fontes. A memória criada é de um povoado antigo, na qual Lima Neto expõe que “[...] desde 1595, as terras de Arez eram visitadas por franceses e espanhóis, que exploravam o comércio de madeiras existentes em abundância em toda mata atlântica do nosso litoral” (Lima Neto, 2000, p. 13). Dito isto, indicam que, com o passar dos séculos, a Missão de São João Batista de Guarairas foi instalada para catequizar os indígenas que ali viviam. Esta Missão prosperou, tornando-se a segunda vila do Rio Grande do Norte, na qual Barbalho argumenta que o município foi “[...] criado no período colonial pelo alvará de 8 de maio e Carta Régia de 14 de setembro de 1758, com instalação em 15 de junho de 1760” (Barbalho, 2005, p. 27). E a discussão se repete, em uma perspectiva de listar os grandes feitos, personalidades e lugares que tornaram a cidade única, em que os próprios autores, como Sales, alegam a intenção de “[...] enfatizar o incentivo ao reconhecimento de pessoas importantes, do passado e do presente, que contribuíram para que nossa Arez, hoje, tenha as feições de cidade e o desenvolvimento cultural que possui” (Sales, 2012, p. 20). Apesar desta perspectiva ainda ligada a um viés teórico positivista, estas obras se configuram com os primeiros escritos históricos sobre a cidade.

E em todos os textos, quando se fala da história de Arez, o Frontão do Cemitério sempre recebe destaque, pois possuía “[...] um estilo tão rebuscado (para a época e o lugar onde foi erguido) que Câmara Cascudo (em 1946) se admirava - em seu texto sobre ‘O Portão do Cemitério’ - com o fato de Frei Herculano tê-lo construído numa cidade tão pequena como Arez” (Sales, 2017, p. 41). Este trecho de Sales (2017) repete a narrativa dos livros anteriores, com base em argumentos de autoridades de outros autores: um monumento único, de beleza indizível, construído por um missionário paraibano em uma pequena cidade potiguar. Isto porque, na prática, toda a discussão memorialística sobre o Cemitério Histórico de Arez partem de dois textos básicos. O primeiro foi escrito pelo historiador potiguar Luís de Câmara Cascudo (1946) e o segundo é de autoria da arquiteta Jeane Fonseca Leite Nesi (1992). Ambos, no entanto, têm por tema o Frontão do Cemitério e não o espaço cemiterial em si. Por isso, serão analisados no próximo capítulo.

Também nos livros que listamos acima, os autores repetem a mesma narrativa, com o foco no Frontão. Apenas Barbalho (2005) nos traz indicações pertinentes para o problema

deste capítulo. No entanto, se faz válido pontuar, de antemão, como a mesma narrativa se mantém entre estes escritores, no que diz respeito ao surgimento do Cemitério de Arez.

A memória social criada por estas obras apontam, de forma tangente, que o nascimento dos cemitérios em Arez ocorreram no início da segunda metade do século XIX. No livro organizado por Lima Neto (2000), a arquiteta Nesi aponta que “[...] O Frontão do Cemitério de Arez foi construído em 1882. Apesar de se constituir uma obra de arte do século passado, Frei Herculano optou por reviver, naquele frontão, o rebuscado estilo rococó, já então fora de uso” (Lima Neto, 2000). Além de comentar sobre a biografia de Herculano, o estilo do monumento e o ano de construção da obra, não menciona informações adicionais sobre o cemitério. No primeiro livro, Sales (2012) mantém a mesma discussão, apontando traços biográficos do possível construtor que, dentre outras edificações no Rio Grande do Norte, construiu em Arez “[...] o Cruzeiro e o Frontal do Cemitério (ambos, Inaugurados em 1882), além de ter ‘remodelado’ a Igreja de São João Batista” (Sales, 2012, p. 25). No segundo livro, o autor segue na mesma proposta de discussão, aprofundando a narrativa biográfica. Sales indica Frei Herculano “[...] percorreu várias cidades da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, quase seguindo os mesmos passos de Antonio Conselheiro, que também tinha por *gosto próprio* levantar Igrejas Católicas nos lugares que passava” (Sales, 2017, p. 18).

Já Claudionor Barroso Barbalho (2005), no segundo livro escrito sobre a história da cidade, pode trazer indicações pertinentes sobre o nascimento do espaço cemiterial arezense, pois é a obra que mais aponta detalhes sobre sua delimitação. Um primeiro aspecto que nos interessa é a presença das irmandades nas dinâmicas históricas da cidade. Ora, como já comentamos, as irmandades fizeram parte das particularidades brasileiras das atitudes diante da morte. Foram associações de fieis com direitos e deveres que deveriam ser aprovadas tanto pela Igreja como pelo Estado, para conseguirem atuar. Em Arez, Barbalho (2005) comenta que, já em dezembro de 1850, foi fundada a Irmandade do Santíssimo Sacramento. Esta buscou promover o culto ao Santíssimo Sacramento da Eucaristia, além de administrar os bens e utensílios litúrgicos da Matriz de Arez e seu templo.

O autor ainda trata do preconceito racial que existia entre as irmandades. Segundo Barbalho (2005) existiu uma segregação étnico-racial entre as irmandades. Os brancos participaram das Irmandades do Santíssimo Sacramento, das Veneráveis Almas do Purgatório, da Bom Jesus dos Passos e outras. Já os pretos, por sua vez, atuaram na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito. Os pardos tiveram mais opções para frequentar, sendo a mais comum a Nossa Senhora do Livramento. Barbalho (2005) alega que, em 1843, foi

doado um terreno para construir uma capela para a santa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Nos interessa sua afirmação de que, dentre as várias funções das irmandades, estas tratavam de “[...] acompanhar os enterros dos irmãos e dar-lhes sepulturas bentas” (Barbalho, 2005, p. 59). É uma indicação direta de que as irmandades atuaram diretamente nas práticas de sepultamento da cidade.

Barbalho dedica um capítulo para falar dos cemitérios de Arez. Antes disso, propõe uma breve recapitulação sobre a história dos cemitérios. Dentre seus comentários, interessa-nos a afirmação de que, em épocas passadas, os entes queridos eram enterrados ao redor de Igrejas e Cruzeiros. Quando se tratava de pessoas importantes, como ricos ou sacerdotes, estes eram enterrados dentro da Igreja. No entanto, o autor não deixa claro se está falando de Arez ou de um contexto regional. O autor informa, a partir de fontes que dispunha, que no século XIX a cidade possuía dois cemitérios. O primeiro começou a prestar enterramentos em 1886 e possuía 150 palmos quadrados e 50 braças de distância da vila, mais ou menos (Barbalho, 2005, p. 66). Barbalho (2005) afirma que este é o cemitério mais antigo de Arez, pois viu no livro de Tombo da Igreja Jesuítica que o mesmo já aparece em 1759. O segundo começou a prestar enterramentos em 1880, e possuía 100 palmos de comprimento por 70 palmos de largura, com 30 braços distante da vila (Barbalho, 2005, p. 66).

Ambos eram bentos, mas não possuíam cercas e nem eram limpos. Seria este cemitério de campo aberto que, devido ao crescimento da população da Vila de Arez, foi ampliado. Neste contexto, quando Frei Herculano passava pelo Rio Grande do Norte, ergueu seus muros e o Frontão. Nestor Lima, citado por Barbalho, afirma que este foi construído em 1882, e “[...] não pertence ao próprio municipal, está encravado em terreno da Igreja de São João Batista de Guararías (sic)” (Barbalho, 2005, p. 66). Sendo assim, isto permite indicar que o terreno delimitado que veio a se tornar o Cemitério Público pertencia à Igreja.

Além de tratar destes cemitérios, Barbalho ainda fala de outros dois: Cemitério dos Coléricos e dos Escravos. O primeiro foi delimitado na década de 1850, após centenas de mortes causadas pela “Cólera-morbo”, na vila de Arez (Barbalho, 2005). Abriam-se valas para enterrar as vítimas em sepulturas coletivas, chamadas de “catamduba” (sic). O segundo surgiu em 1869, após a Câmara Municipal solicitar a construção de um cruzeiro ao Governo Provincial, e então demarcar um cemitério para os escravizados (Barbalho, 2005). Estes não podiam ser enterrados no cemitério da Vila, sendo sepultados de forma clandestina, próximo às terras de seu senhor. O mesmo foi desativado em 1888, com a Lei Áurea, quando Arez passou a ter um único cemitério, o que teria sido construído no frontão.

Sendo assim, o que podemos indicar sobre o nascimento dos cemitérios em Arez, com base na memória social escrita pelas obras, é que, de início, os cemitérios arezenses foram terrenos ao ar livre, sem cercas ou muros, mas consagrados pela Igreja. Esta relação esteve presente tanto na propriedade do terreno quanto na própria administração (Barbalho, 2005), corroborando com discussão feita global e nacionalmente. Além disso, os autores concordam que, em 1882, um padre franciscano, conhecido por Frei Herculano, teria construído muros e um Frontão em um destes cemitérios (Lima Neto, 2000; Barbalho, 2005, Sales, 2012, 2017). Alguns anos mais tarde, este cemitério com muros passou a ser o único da cidade. O monumento foi ganhando notoriedade pelas suas características arquitetônicas e singularidade no Rio Grande do Norte e, em 1962, o Frontão foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

I.II.II A edificação do cemitério entre os documentos e a memória

A partir dos escritos discutidos acima, se construiu uma memória social ao redor do cemitério de Arez. Muitos destes escritores tiveram acesso a documentos que já não localizamos, para propor um novo olhar às fontes. No entanto, localizamos alguns documentos que podem nos ajudar a aprofundar a discussão sobre a delimitação dos cemitérios de Arez. Além disto, a fortuna historiográfica sobre as atitudes humanas diante da morte, bem como o nascimento dos cemitérios no ocidente cristão, contribuem decisivamente para articularmos uma problemática mais contundente. Dito isto, podemos visualizar, com mais profundidade, as correlações do surgimento do espaço cemiterial arezense com as esferas regionais e nacionais.

Concordamos que a construção do cemitério é anterior ao Frontão, e já estaria funcionando na segunda metade do século XIX. A fonte que nos permite identificar a construção dos cemitérios históricos de Arez é o *Relatório que o Exm. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior Presidente da Província do Rio Grande do Norte apresentou à respectiva Assembleia Legislativa Provincial na Sessão Ordinária de 1861* (será citada a seguir como Figueiredo Junior, 1862). Nesta fala, o presidente alertou para os cuidados necessários pela salubridade pública. Dentre as indicações, afirmou que deveriam ser construídos cemitérios na Província (Figueiredo Junior, 1862). Pensou que, assim, seria possível evitar os males decorrentes da insalubridade das zonas funerárias sem controle do Estado. No documento, ainda é possível perceber que, durante os primeiros anos de 1860, os

cemitérios provinciais apresentaram disposições diferentes entre si, tanto na infraestrutura como no seu funcionamento.

José Bento pontuou que, em 1861, o município de Arez tinha dois cemitérios. É neste documento que Barbalho (2005) retira a informação que expõe em seu livro. No entanto, consultando o documento original, verificamos que o autor informa dados imprecisos, como podemos ver abaixo:

O primeiro, que em março de 1856 começou prestar-se para o enterramento dos cadáveres, tem, 150 palmos quadrados, e dista da vila 50 braços pouco mais ou menos. O segundo, que principiou a servir em janeiro do ano passado, é de 100 palmos de comprimento e 70 de largura, distando da vila 30 braços (Figueiredo Junior, 1862, p. 11).

Neste caso, o primeiro começou a funcionar em 1856 e não em 1886, como afirma Barbalho (2005). Já o segundo passou a servir em 1860, um ano antes da fala do presidente, feita em 1861. No entanto, as informações sobre a proporção e a distância da vila estão conforme o documento original. Seja como for, este Relatório do Presidente da Província nos permite indicar que o cemitério onde o Frontão foi construído no início dos anos 1880, já estaria funcionando na segunda metade do século XIX. Infelizmente, não existe nenhum documento que aborda a construção da obra, para podermos visualizar como aconteceu a edificação.

Ao articular a historiografia, a memória social e as conclusões de novas fontes, podemos visualizar como a história local da construção do cemitério de Arez se descortina nas teias da história global, mediante nosso aparato teórico metodológico de pesquisa (Melo, 2015). Podemos indicar, com amparo documental, que a construção dos cemitérios em Arez se insere no movimento de secularização dos enterramentos. O primeiro cemitério da província do Rio Grande do Norte foi o cemitério do Alecrim, construído no ano de 1856. O de Arez, como vimos, é da mesma década. No entanto, podemos identificar ainda hoje, um enterramento que aconteceu no interior da Igreja Matriz de Arez, em 1905. Isto demonstra como as mudanças nas atitudes diante da morte são sutis e vagarosas. E também que o cemitério permanece sob administração religiosa, apesar de sua laicização por parte do estado.

Observando os livros de Óbitos da cidade, localizados na plataforma *Family Search*², notamos um indicativo do movimento de laicização do espaço cemiterial por parte do estado. Dentre os registros primários deste acervo virtual, o documento mais antigo de falecimento é

² Disponível em: <<https://www.familysearch.org/pt/>>. Acesso em: 05/04/2024.

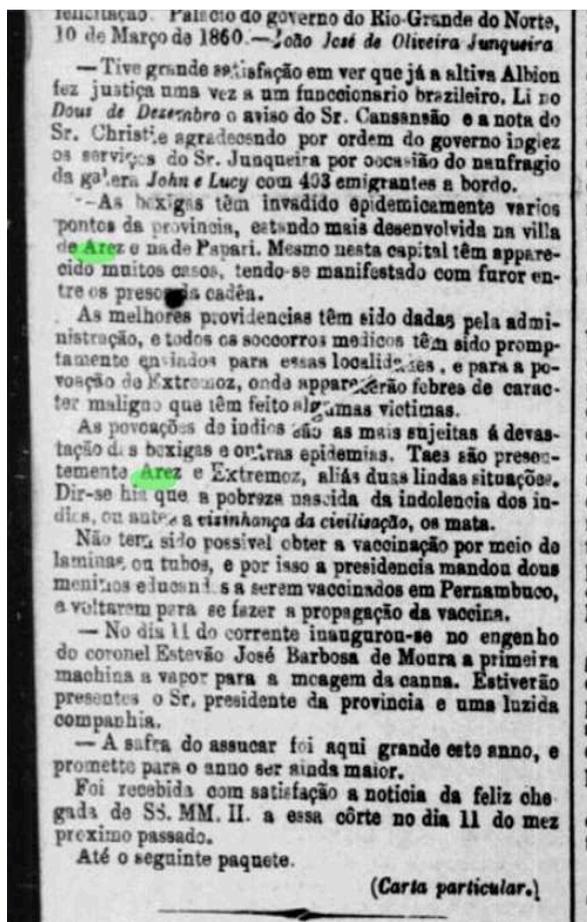
um livro de “Óbitos Paroquiais”, datado de outubro de 1847 a dezembro de 1855. Ou seja, quando o cemitério era administrado somente pela Igreja. O segundo tipo de registro já se trata de um “Registro de Óbito”, o Livro-C-01, que iniciou em abril de 1890. Tem-se, entre estas duas datas iniciais, um intervalo de 35 anos de completa ausência de fontes.

Nos interessa, no entanto, que no primeiro registro de óbito, a certidão de José Filomeno Carneiro, de 96 anos, que faleceu “das febres amarela” em setembro de 1891, tem o local de sepultamento indicado como “cemitério paroquial”. Antes desta certidão, o local era sempre escrito como “Cemitério de Arez”. O termo “cemitério paroquial” se mantém até 1896. A partir da certidão de óbito de Manoel Joaquim Pessoa de Lima Filho, de 35 anos, que faleceu de “inflamação” em dezembro deste ano, o local de sepultamento é indicado como “Cemitério Público”. Este termo se mantém em todos os próximos livros de óbito. Com isto, podemos visualizar indícios das dinâmicas de laicização dos cemitérios por parte do Estado. É outro ponto de convergência, visualizado na história local de Arez em relação com a história nacional.

Também visualizamos a presença das irmandades, discutidas por Reis (1991), na cidade de Arez, como expõe Barbalho (2005). Este cita, como exemplo, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, que “[...] obrigava-se a realizar anualmente a festa de sua padroeira, **acompanhar os enterros dos irmãos e dar-lhes sepultura benta**” (Barbalho, 2005, p. 59, grifo nosso). Dito isto, a atitude dos arezenses diante da morte esteve inserida diretamente na experiência cristã de conceituação da vida e preparação para uma “boa morte” conforme os ritos católicos.

A questão do discurso higienista também é presente. Ora, quando os cemitérios de Arez começaram a prestar enterramento, a região próxima do Rio Grande do Norte passava por um surto de cólera morbo, dentre outras efemeridades. Localizamos, na pesquisa decorrente da iniciação científica, algumas notícias em jornais que destacam surtos de doenças. Como exemplo, podemos citar a matéria noticiada no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, de 2 de abril de 1860, conforme visto na imagem 05. A carta particular enviada ao periódico, de um possível correspondente do Rio Grande do Norte, tem a data de 20 de março de 1860. Esta denuncia uma epidemia de “bexigas”, que, segundo a notícia, teria invadido as vilas circunvizinhas e principalmente na vila de Arez. Esta expõe que os indígenas são os mais sujeitos a contrair e epidemia que assolava a região, e que não havia expectativas de medidas paliativas para resolver a situação geral, no momento.

Imagem 05: Matéria do “Jornal do Commercio” do ano de 1860 sobre uma epidemia de bexiga



Fonte: Hemeroteca Digital - BNDigital - Fundação Biblioteca Nacional.

Conforme pensa Marialva Barbosa, ao utilizar a imprensa como fonte, é preciso ter em mente que existem duas temporalidades: o acontecimento descrito na matéria e o acontecimento interpretado pelo pesquisador, no futuro (Barbosa, 2007). Isto porque se trata de documentos subjetivos, pois envolvem, por exemplo, a escolha da pessoa que narra os acontecimentos em Arez de uma forma e não de outra. Isto levando em consideração diferentes fatores como mercado, divulgação, editoração e afins. Sendo assim, estamos cientes que é necessário realizar uma leitura intensiva deste documento, que precisa ser posto em dúvida em uma análise crítica, como indica Barbosa (2007). Dito isto, verificamos que esta matéria em questão está em consonância com outros documentos localizados na pesquisa

(Barbalho, 2015) e também com a historiografia potiguar quanto aos surtos de epidemia da segunda metade do século XIX (Teixeira, 2006).

As autoridades, conforme visto no Relatório do Presidente da Província, passaram a indicar a construção de cemitérios como medidas de salubridade pública. Quando Frei Herculano chegou em Arez, a cidade ainda passava pelo surto de cólera-morbo, irrompido na segunda metade do século XIX (LINS NETO, 2011). Em 1856, segundo Barbalho (2005, p. 66), “[...] a Câmara municipal foi obrigada a mandar abrir valas [...] para que se fizesse, uma sepultura coletiva das pessoas que se vitimaram com o terrível flagelo”. Isto aponta como as epidemias foram utilizadas como argumento do estado para promover a laicização dos costumes e promover a construção de cemitérios também no Rio Grande do Norte. Conforme aponta Diego Fontes de Souza Tavares (2006), em sua dissertação de mestrado, este mesmo contexto decorreu, com suas particularidades, no Cemitério do Alecrim em Natal.

I.III Um espaço “a céu aberto” destinado aos mortos

O cemitério, como conhecemos hoje, é fruto de um longo processo histórico, ligada a uma esfera central da vida humana: sua finitude. Dito isto, podemos visualizar na historiografia o nascimento de um espaço cultural muito particular. Para fins de compreensão, podemos sintetizar as mudanças sutis dos usos sociais ao longo dos séculos. O cemitério surgiu como uma zona de inumação coletiva, e então se tornou um espaço de convívio entre vivos e ancestrais mortos. Depois, passou a ser um espaço que agregava a comunidade espiritual de fieis que formavam a Igreja, enraizando uma dada população em um polo. No fim da Idade Média, a Igreja buscou reservar o cemitério aos mortos, sendo assim, um local para lembrar da morte futura e da salvação individual. Após o século XVIII, o cemitério se tornou, aos poucos, um lugar destinado a afastar a insalubridade da matéria orgânica morta da vida cotidiana. Hoje, outras funções sociais surgiram, mas que não cabem neste trabalho problematizar.

Com base no que foi discutido ao longo deste capítulo, podemos indicar que, no início da segunda metade do século XIX, existiam em Arez dois espaços destinados aos mortos. Ambos “a céu aberto”, sem muros, delimitados com base no argumento da insalubridade pública e da necessidade de separar os mortos dos vivos. Os enterramentos, antes administrados exclusivamente pela Igreja e pelas irmandades, passaram a ser matéria de decisões políticas, e recebem uma legislação própria, atribuindo outros usos para o espaço cemiterial.

Este cenário, como podemos verificar, se repete nas cidades próximas a Natal, no Rio Grande do Norte. No entanto, o espaço cemiterial de Arez possui uma particularidade que o destaca dos demais. Isto é, o Frontão de seu cemitério. Como já foi dito, a memória social da cidade pontua algumas hipóteses sobre a construção deste monumento que se tornou um bem cultural tombado nacionalmente. São estas dinâmicas sociais que buscaremos tratar, no próximo capítulo, encarando o Frontão do Cemitério de Arez como objeto histórico e artístico.

II. O FRONTÃO DO CEMITÉRIO: UM OBJETO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

“A arte espontânea exprime o liame do
homem com a Natureza”
Mikel Dufrenne, 1998

A cidade dos mortos de Arez possui uma particularidade que a coloca em destaque em todo o cenário nacional. Isto é, o frontão de seu cemitério. Desde a edificação até hoje, o monumento atraiu o olhar de intelectuais e memorialistas, que lhe atribuíram valores históricos e artísticos. Neste capítulo, buscaremos historiar a construção do Frontão do Cemitério com o fim de problematizar os sentidos históricos e estéticos que lhe foram atribuídos ao longo dos anos. Para atingir este objetivo, iremos articular fontes documentais, imagéticas e bibliográficas. De início, formulamos hipóteses sobre a construção deste monumento funerário, a partir da obra de memorialistas junto a documentos de estado. Além disso, iremos visualizar novos aspectos do monumento a partir de um conjunto de fotografias localizadas na pesquisa.

Posteriormente, iremos problematizar o processo de patrimonialização do Frontão do Cemitério, que foi finalizado em 1962, quando a peça foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Primeiro, buscaremos traçar uma breve discussão sobre a conceituação de patrimônio e, depois, estabelecer nossa hipótese para o tombamento. Conforme será discutido, o registro no livro de tombo foi resultado da atribuição de sentidos históricos e artísticos por parte de determinados intelectuais, que ressaltaram a importância do bem cultural em diferentes décadas do século XX.

II.I Historicizando uma narrativa

As fontes que temos à disposição nos permitem indicar que, assim como nas cidades circunvizinhas, Arez já possuía espaços cemiteriais na segunda metade do século XX. Em um destes cemitérios sem muros, foi construído, na década de 1880, uma peça artística que tinha por função prática ser o portão do cemitério. Iremos problematizar, a seguir, a edificação deste monumento que, futuramente, seria compreendido como um bem cultural a ser preservado. Com este fim, buscaremos articular o que o saber construído pelos memorialistas já problematizados neste trabalho, mas agora com o foco na construção do Frontão do Cemitério. Feito isto, iremos interpretar alguns documentos que temos à mão, para formular algumas hipóteses sobre sua edificação. No mesmo passo, ficará nítido como, aos poucos,

foram atribuídos diferentes sentidos históricos e artísticos à obra. Estes sentidos culminam na criação de uma memória social sobre o monumento.

II.II.I Entre memórias e documentos

O consenso entre os memorialistas é que o Frontão do Cemitério de Arez foi construído em 1882, pelo padre Frei Herculano junto a sociedade civil (Nesi, 1992; Barbalho, 2005; Sales, 2012, 2017). Toda a discussão memorialística sobre o Cemitério Histórico de Arez parte de dois textos básicos. Os demais trabalhos apenas atualizam as informações destes textos, sem adicionar ou propor uma problematização mais profunda. O próprio IPHAN, em sua página oficial sobre o Frontão do Cemitério, utiliza estes autores como argumento de autoridade.

O primeiro foi escrito pelo historiador potiguar Luís de Câmara Cascudo (1946), em uma das suas “Actas Diurnas” para o jornal *A República*, no qual chama atenção para a beleza única da peça. Começa o texto falando dos mitos sobre a construção do monumento, isto é, que teria sido construído pelos holandeses ou que seria do período colonial (Cascudo, 1946). Então afirma que a obra “Data da segunda metade do século XIX. [...] Foi construído em 1882 por um missionário capuchinho, frei Herculano” (Cascudo, 1946, p.3). Esta seria a data e o construtor retomados pelos memorialistas da cidade. É o primeiro texto com repercussão futura a atribuir aspectos históricos à obra. O historiador potiguar ainda se questiona o motivo da escolha do frade em construir um monumento imponente em uma pequena cidade. E em seguida, faz a primeira chamada para a preservação, já o considerando patrimônio:

Abundância de pormenores com intenção ornamental, plectora de enfeites que tão bem vivem no rocaille, o conjunto é inesquecível. [...] Quando o frontal do cemiterio de Arez desmoronar, com ele perderemos um dos elementos mais sugestivos do nosso patrimônio artístico, tão pouco, tão pobre, tão esquecido. (Cascudo, 1946, p. 3)

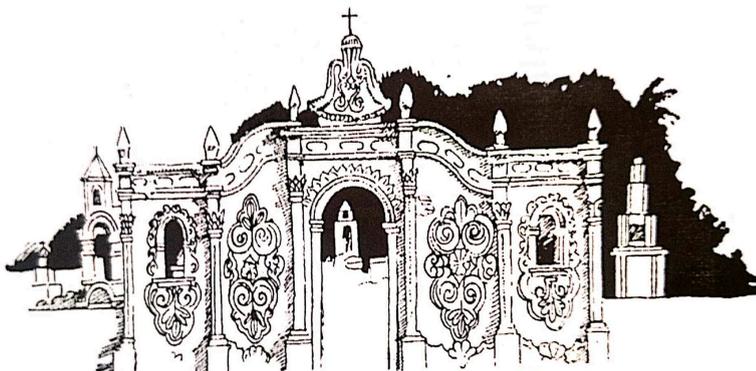
Percebe-se que, além de atribuir valores históricos e artísticos, Cascudo chama atenção para a unicidade do monumento e a necessidade de o conservar para gerações futuras. O segundo texto retomado pelos memorialistas é de autoria da arquiteta Jeane Fonseca Leite Nesi (1992), publicado no livro organizado por Lima Neto (2000). O capítulo “O Frontão do Cemitério de Arez” escrito por Nesi, é a base para as futuras discussões sobre a obra. A partir das considerações de Cascudo sobre o frontão, ela busca descrevê-lo com esmero técnico. Isto seguindo as mesmas características históricas, ou seja, a obra foi construída em 1882, por

Hermenegildo Vieira da Costa (Nesi, 2000). O texto da arquiteta traz considerações sobre a biografia do frade, que também são retomadas pelos futuros escritores. Hermenegildo foi um paraibano de origem humilde, que concluiu os estudos no Seminário de Olinda, quando simpatizou com a ordem Franciscana e por isso mudou de nome (Nesi, 2000). Pontua, com veemência, o valor artístico da peça que orna o cemitério da cidade, bem como sua importância histórica e estilo, notadamente barroco. A sua descrição do Frontão, exposta abaixo, é retomada por quase todos os textos memorialísticos ao falar da obra:

[...] frontispício curvilíneo, emoldurado por cimalha e imitação de colunas da ordem coríntia. As referidas colunas dividem simetricamente o frontão em cinco partes: uma arcada central de acesso, ladeado por quatro painéis de alvenaria, abundantemente ornamentados com conchas, volutas e rosáceas, ricas em detalhes decorativos. Dois daqueles painéis são vazados por janelas-miradouros. O frontão é decorado por seis caruchéis em forma de losango, que lembra tochas e servem de tenentes a um elemento decorativo, em forma estilizada de sino, que coroa a arcada central (Nesi, 2000, p. 58)

Percebe-se que é uma descrição técnica, a partir do olhar de uma arquiteta, que descreve um monumento com termos de sua área de atuação. O capítulo em questão é precedido por uma ilustração do frontão, feita por Alcides Sales, conforme visto na imagem 06. Além desta, na seção “Nosso patrimônio histórico e artístico”, há outra ilustração da peça, desenhada pelo mesmo autor, conforme vistas a seguir.

Imagem 06: Ilustração representativa do Frontão do Cemitério de Alcides Sales, contida no livro de Lima Neto (2000)

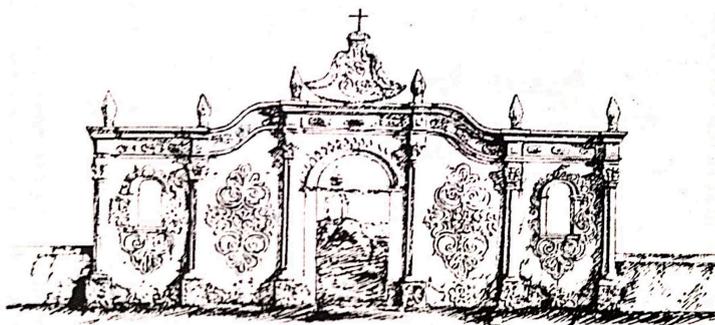


Frontão do Cemitério

Fonte: LIMA, 2000, p. 55.

Imagem 07: Ilustração técnica do Frontão do Cemitério, feita por Alcides Sales, contida no livro de Lima Neto (2000)

Frontispício do cemitério



Data de século XIX. Foi construído em 1882 pelo missionário capuchinho "Frei Herculano". O estilo tem no Rococó um requinte de luxo sedutor. Não há outro modelo em todo o Nordeste do Brasil. Foi tombado em 23/08/62 pelo Instituto Histórico Nacional.

Fonte: LIMA, 2000, p. 105.

O primeiro desenho (imagem 06) não busca retratar o Frontão do Cemitério com exatidão, mas apenas representar o conjunto de detalhes que dão a imponência ao monumento. Já o segundo (imagem 07) apresenta um caráter mais técnico parece ter aplicado mais atenção a simular os detalhes e perspectivas do monumento. Isto por talvez estar numa seção mais expositiva do livro, que busca mostrar os patrimônios da cidade. Isto incluindo dados históricos na legenda, que repetem a narrativa iniciada com Cascudo (1946).

Neste mesmo livro, Lima Neto (2000) comenta, em uma seção de curiosidades cronológicas, que Frei Herculano convocava o povo pelo toque do sino, para trazer à obra o material necessário, como pedras (Lima Neto, 2000). Esta afirmação pode ter sido colhida da oralidade, mas não localizamos nenhuma fonte que tratasse do processo de construção do Frontão do Cemitério, para propor uma problematização. Cascudo comenta, em seu texto, “Herculano deliberou dirigir os canhestros pedreiros da época para um trabalho que seria exgotando” (Cascudo, 1946, p. 3). Ora, uma pessoa canhestra é alguém desprovido de habilidade ou destreza. Sendo assim, Cascudo parece ir conforme a ideia de que os verdadeiros construtores do Frontão do Cemitério foram pessoas comuns, sem experiência. Afirmação que Lima Neto (2000) e os outros memorialistas sustentam, apesar de atribuir a construção ao frade.

No livro *Villa de Arez: alguns fatos históricos dos séculos XVII, XVIII e XIX* (2005), Barbalho comenta, além das considerações que expomos no capítulo anterior, sobre o

construtor do cemitério, mas trazendo as mesmas informações do texto de Nesi (2000). Isto é, Hermenegildo Vieira da Costa nasceu em 1820, em uma família de agricultores humildes, no Sítio Quixaba, hoje município de Uiraúna, e na época pertencente ao município de Sousa, na Paraíba. Estudou no Seminário de Olinda, custeado pela Diocese da Paraíba, devido ao seu desempenho como estudante. Ao deixar Olinda, adotou o nome de Frei Herculano, devido à aproximação com as ideias do hábito franciscano. Fez peregrinações pelo nordeste, dedicando-se a construir obras sacras, como a Matriz de Pombal, a de Sousa, a de Areia e a de Pau dos Ferros e o cemitério de Arez. Inclusive, os frontões dos cemitérios de duas cidades vizinhas a Arez, Nísia Floresta e Goianinha, também são atribuídos a Herculano. Os dois monumentos possuem algumas semelhanças ao de Arez, principalmente nos motivos florais dos seus ornamentos. No entanto, não podemos indicar, com precisão, que também se trata de uma edificação citada por Herculano. Os documentos indicam que Hermenegildo esteve em Goianinha em 1882 (WANDERLEY, 1882), o que permitiu supor seu envolvimento nestes outros portões.

André Valério Sales também repercute, em seu livro *Lugares e Personalidades Históricas de Arez/RN* (2012) as considerações postas nos primeiros textos. No entanto, no capítulo intitulado *A História do Frontão do Cemitério de Arez, tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional* traz um ponto interessante para a nossa pesquisa, que foi colhido da oralidade. Trata-se de uma seção destinada pelo autor para tratar das lendas populares que envolvem o Frontão do Cemitério. Ele cita três principais lendas “[...] 1º) teria sido obra dos holandeses; 2º) teria sido levantado pelos flamengos em apenas uma noite: 'anoiteceu e não tinha nada lá; quando amanheceu, já estava construído'; e 3º) que é impossível desenhá-lo no papel.” (Sales, 2012, p. 31). A primeira e a segunda surgem por conta de que, em determinado período do século XVII, os holandeses ocuparam alguns territórios do Nordeste brasileiro. Neste contexto, o espaço que viria se tornar a cidade de Arez foi palco dos embates entre holandeses e portugueses, um acontecimento que está inserido na memória social escrita pelos memorialistas (Lima Neto, 2000; Barbalho, 2005; Sales, 2012), e que confirmamos em nossa pesquisa (Sales Neto, Diniz, Chacon, 2022). Os conflitos aconteceram, por exemplo, ao redor da Ilha do Flamengo, situada na Lagoa de Guaraíras, na qual existiu um forte holandês, em que é possível ver ruínas de pedras até hoje. Sendo assim, as pessoas teorizam que, devido à unicidade do Frontão do Cemitério, teria sido construído pelos holandeses. No entanto, já na década de 1940, Cascudo explica no texto citado acima que não se tratava de uma edificação holandesa nem do período colonial (Cascudo, 1946). Apesar de ser uma crendice, a terceira

lenda provavelmente parte da diversidade de detalhes que o monumento possui e, portanto, seria impossível retratá-lo por completo.

No outro livro de Sales, *Arez/RN: História e Política* (2017), só há um capítulo na seção *Sobre a História de Arez/RN*, que trata justamente da *A Frontaria do Cemitério Histórico de Arez: uma análise arquitetônica*. Neste texto, o autor busca realizar uma análise detida das características arquitetônicas da obra. Neste estudo, prefere chamar a peça de *Frontaria* ou *Frontispício*, utilizando argumentos da ordem da engenharia, para afirmar que seria um equívoco chamá-lo de frontão. Após pesquisar, afirma que o nosso objeto de estudo é o “[...] cemitério histórico com a maior Frontaria do Brasil” (Sales, 2017, p. 13). Ao apresentar as características arquitetônicas do frontispício, parte dos estudos de Jeane Fonseca Leite Nesi (IHG/RN), que publicou um texto em 1992. Possivelmente este estudo é o que consta no livro organizado pelo Lima Neto (2000), que analisamos acima.

Além da discussão arquitetônica, interessa para nossa discussão a hipótese levantada por Sales de que “[...] os indígenas domesticados, frades jesuítas e parte da população branca da época auxiliaram Frei Herculano em suas empreitadas construtivas” (Sales, 2017, p. 17) e não pessoas escravizadas. Isto porque o autor concorda com Cascudo (1939), quando afirma que Arez não possuía mão-de-obra escravizada negra em serviços de campo, entre 1882-1884, e também com Nesi (1992) que sustenta a posição de Cascudo. No entanto, a historiadora Aldinízia de Medeiros Souza (2018) indica, em seu trabalho sobre a escravidão e aforia na Vila de Arez, entre os séculos XVIII e XIX, que constatou a presença de escravizados no território, em inventários, livros de notas e cartas de alforria.

Souza observou que a pequena posse de escravizados era predominante, em que “[...] As maiores escravarias eram de produtores de açúcar e de algodão” (Souza, 2018, p. 54). Além disso, analisou cartas de alforrias para traçar um perfil dos alforriados. Isto permitiu indicar que os escravizados foram empregados “[...] em atividades associadas à escravidão urbana, com as atividades de ganho, e atividades como sapateiros, carpinteiros, ferreiros e outros ofícios” (Souza, 2018, p. 198). Sendo assim, com base no trabalho de Souza (2018), rebatemos a afirmação dos Sales (2017), e podemos indicar que existiam escravizados em trabalho de campo na segunda metade do século XIX. No entanto, não temos fontes a disposição para afirmar que estes trabalharam na edificação do frontão.

No entanto, é a partir destes escritos que foi construída uma memória social ao redor do cemitério do Frontão do Cemitério de Arez. Muitos destes escritores tiveram acessos a documentos que já não localizamos para propor um novo olhar às fontes. Entretanto, localizamos alguns documentos que podem nos ajudar a aprofundar a discussão. Além disto, a

fortuna historiográfica sobre as atitudes humanas diante a morte, bem como o nascimento dos cemitérios no ocidente cristão, contribuem decisivamente para articularmos uma problemática mais contundente.

Como foi exposto, acreditamos que o cemitério foi delimitado antes do Frontão e já estaria funcionando na segunda metade do século XIX. No entanto, ao cruzar as fontes que temos à disposição, localizamos três anos possíveis para a edificação do frontão: 1880, 1882 e 1884. A primeira fonte que nos permite expandir a discussão é a matéria “*Traços geographicos da Villa de Arez e seu município III*”, escrita por João Pegado Filho, e publicado no jornal *A República*, em 16 de julho de 1890 (doravante citado como Pegado Filho, 1890). Neste texto, Pegado escreve que:

Nenhuma villa do Estado do Rio Grande do Norte oferece, como Arez, aspecto tão elegante, sendo de lamentar que, pela pobreza, ou antes mau gosto de seus habitantes, a edificação nella existentes não condiga com as bellezas de que foi tão prodigamente dotada pela natureza. Nenhum edificio digno de menção existe em Arez, alem de sua Igreja Matriz e o **cemiterio, que foi edificado no anno de 1880 por iniciativa do missionario H. Herculano e com os recursos particulares dos habitantes da freguesia** (Pegado Filho, 1890, p. 4, grifos nossos).

Esta matéria foi publicada em época próxima à construção do Frontão e, por isso, é um indício de que realmente Frei Herculano teria construído o monumento mencionado na matéria. Outro aspecto interessante é a informação de que os habitantes doaram recursos para erguer os muros e o Frontão, em consonância com a afirmação dos memorialistas, para o qual a sociedade civil ajudou, sendo guiada pelo frade a edificar a obra (Barbalho, 2005; Sales, 2017). No entanto, Pegado afirma que o cemitério foi construído em 1880 (Pegado Filho, 1890), uma data diferente do consenso dos memorialistas. Ele não deixa claro se está falando do espaço cemiterial ou do Frontão. Por afirmar em seguida a iniciativa da construção de Herculano, acreditamos que se trata do Frontão.

A outra data para a construção, isto é, 1884, foi pontuada por Luís da Câmara Cascudo, o prestigiado historiador e intelectual potiguar. Em 12 de junho de 1937, Cascudo escreveu a matéria *Arez: terra de velhas tradições - os índios e os flamengos*, publicado no jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro. Ao tratar dos jesuítas, o intelectual expõe que “[...] Do trabalho jesuítico só existe o portão do cemitério, legitimo barroco, desenhando e construído por frei Herculano em 1884” (Cascudo, 1937). Em outro texto, desta vez publicado no jornal *A República*, em 14 de novembro de 1939, em uma matéria intitulada *A igreja de Arez*, prescreve novamente esta data para a construção da Frontão: “[...] Em 1884 Frei

Herculano, agitando as santas missões, constrói a maravilhosa frontaria do Cemitério, num barroco enramilhetado e sedutor, remodela a Matriz” (Casculo, 1939). No entanto, na matéria que analisamos anteriormente, *O portão do cemitério de Arez*, publicada no mesmo jornal, mas em 22 de março de 1946, o autor afirma que o Frontão foi erguido em 1882 (Casculo 1946). Como existe uma lacuna historiográfica e de fontes, não podemos indicar um ano exato para a edificação do Frontão. Apesar dos memorialistas e próprio IPHAN atribuírem o ano de 1882 como marco para a construção da obra, os documentos nos deixam perceber apenas que a peça artística foi construída no início dos anos de 1880.

Um segundo documento nos ajuda a esmiuçar uma conclusão, para os fins deste texto. Trata-se da *Visita episcopal do Exm. e Revm. Sr. D. José Pereira da Silva Barros à algumas parochias do Rio Grande do Norte*, redigida por Luiz Carlos Lins Wanderley, médico e escritor potiguar. O Bispo Dom José Pereira da Silva percorreu várias cidades próximas à região de Arez, e chegou a mencioná-la brevemente, tratando do estado do convento jesuíta (Wanderley, 1882). Nos interessa que o Bispo esteve em Goianinha, cidade próxima a Arez, no ano de 1882. Ao fazer uma celebração religiosa em cemitério local, mencionou a chegada do Frei Herculano:

No dia seguinte correra noticia de que à estação havia chegado o padre mestre Herculano. e logo alguns sacerdotes e povo foram ao seu encontro e vieram com elle até á residência episcopal. **O padre mestre Herculano anda missionarido por aquellas paragens e apura os seus esforços na edificação ou no reparo dos templos. O povo o estima e elle consegue do povo. que é docil e reverente, tudo quanto quer.** O padre mestre Herculano não é um missionário adiantado em conhecimentos, mas é louvável pela sua conduta e oplimas (sic) intenções (Wanderley, 1882, p. 81, grifos nossos)

A partir desta menção, podemos acreditar que, de fato, o Frei Herculano esteve em Arez no ano de 1882. O frade foi visitar o Bispo para beijar-lhe a mão e ouvir sua pregação (Wanderley, 1882). Outro ponto interessante é a informação de que o povo ajudava Herculano em suas construções, devido ao seu temperamento. Isto é consonante com o que afirmação de Pegado, de que a comunidade teria ajudado o Padre a erguer os muros do frontão. Quando o Bispo estava em Canguaretama, outra cidade na região de Arez, Frei Herculano lhe faz outra visita, assim transcrito no documento:

Precedera a hora da partida o *lunch* (sic) azual de que S.Exc.se serviu com inalterável sobriedade. O Sr.padre mestre Herculano havia partido no trem da manhã para o sul e S. Exc. Rm^a. vai agora partir para o norte. Um ia edificar

com a pedra um templo para Deus, outro ia com palavra resgataras almas do peccado e glorificar a Deus. (Wanderley, 1882, p. 90, grifos nossos)

Este trecho indica que o frade tinha o hábito de edificar templos e espaços religiosos, conforme biografia descrita pelos memorialistas. Sabemos, a partir dos documentos e livros que já discutimos anteriormente, que Hermenegildo também foi o responsável por reformar a Matriz de Arez, finalizada em 1884. Portanto, as lacunas de fontes não nos permitem precisar em qual data teria sido construído o Frontão do Cemitério, se em 1880, 1882 e 1884. O que podemos concluir no momento, a partir das fontes analisadas, é que Herculano construiu a obra junto aos habitantes da comunidade civil, no início dos anos de 1880, período que esteve no Rio Grande do Norte.

II.II.II O Frontão do Cemitério em imagens

Os documentos que localizamos em nossa pesquisa nos permitiram formular as hipóteses listadas acima. Nesta mesma pesquisa, também encontramos uma série de fotografias do Frontão do Cemitério em diferentes décadas. Achamos pertinente fazer uma análise deste corpo de documentos visuais, para visualizar determinados padrões visuais em que o monumento foi retratado ao longo dos anos. As estudiosas Lima e Carvalho (2009) apontam que, após o invento fotográfico ao longo dos séculos XIX e XX, a fotografia se difundiu em diferentes áreas da sociedade, tanto nas esferas públicas como privadas (Lima; Carvalho, 2009). Devido aos vários usos possíveis que foram sendo criados e explorados com o passar do tempo, teve um impacto imenso na sociedade do século XIX, emergindo um grande negócio. No Brasil, um viés documentarista demarca a trajetória da fotografia em meados do século XIX, no qual vários cenários urbanos foram retratados.

Sendo assim, conforme as historiadoras Lima e Carvalho (2009), para pesquisar utilizando imagens, é preciso entender a complexidade e diversidade dos seus usos. E principalmente não deslocar a fotografia do seu contexto de “[...] produção, circulação, consumo, descarte e institucionalização” (Lima; Carvalho, 2009, p. 35). As autoras indicam que a natureza da fotografia está primeiro na relação entre referente e imagem e segundo nos mecanismos socialmente estruturados, no que diz respeito à produção de sentidos. Sendo assim, ela pode ser encarada como “[...] um conjunto variado de possíveis códigos sociais” (Lima; Carvalho, 2009). Desta forma, carrega uma força representacional que surge no momento em que ocorre a produção de sentidos.

A fotografia também pode ser percebida como artefato, no que diz respeito às práticas de significação através da foto. Dito isto, visualizamos no método comparativo, uma posição pertinente para discutir a prática discursiva que é a fotografia. Ou seja, comparar uma série de fotografias, para traçar uma problematização do que elas podem discutir sobre determinado aspecto do passado.

Márcio Jesus Ferreira Sonogo (2010) afirma que, para captar o significado e conteúdo cultural do material que é a fotografia, é necessário “[...] situar os interesses que direcionam a produção, circulação e recepção” (2010, p. 114) das imagens. Assim, é possível descobrir quais os significados atribuídos à narrativa visual contada pelas fotografias. Isto tendo em mente que a imagem é um documento construído com intenções subjetivas ou coletivas. Por exemplo, o papel do fotógrafo deve ser levado em conta na construção, composição, intenção, sentido e expressão na fotografia. É uma fonte histórica na qual a relação documento e representação não se separam, por isso, é necessário fazer uma análise intertextual, ou seja, articular diferentes fontes para formular uma contextualização histórico-social da problemática. Portanto, com base nestas reflexões de Lima e Carvalho (2000) e Sonogo (2010), buscamos traçar uma breve análise, com o fim de visualizar determinados padrões visuais sobre o Frontão do Cemitério, a partir de um conjunto de fotografias. Estas são encaradas como forças simbólicas, que configuram uma imagem ideal. Isto a partir de um processo de concepção próprio com intenções claras, para serem preservadas para o futuro.

Com este objetivo em mente, selecionamos um escopo de quatro fotografias, agrupadas em ordem cronológica em que foram registradas, para traçar um caminho de análise. Para os fins desta breve problematização, optamos por não aprofundar a discussão da fotografia como artefato, isto é, um objeto material histórico que possui uma biografia própria de concepção e circulação. Nossa discussão pretende analisar alguns aspectos simbólicos que as fotografias do Frontão do Cemitério de Arez podem indicar. Isto porque estas imagens atuam como forças simbólicas que buscam ser perpetuadas e estão diretamente ligadas com o processo de patrimonialização do monumento, que iremos discutir na próxima seção deste capítulo.

As duas primeiras imagens que iremos analisar foram captadas por Mário de Andrade, prestigiado intelectual brasileiro. Estas foram localizadas no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP). No entanto, não serão reproduzidas em nosso trabalho, pois as imagens possuem direitos autorais, e não dispomos, no momento, do alto valor necessário para custear a permissão de utilizá-las neste texto.

A primeira fotografia feita por Andrade é a imagem mais antiga que temos do Frontão do Cemitério de Arez, tirada no ano de 1929. Buscando conhecer a diversidade cultural do Brasil, por conta das ebulções de um determinado contexto político cultural (que será analisado posteriormente), o paulista empreendeu algumas viagens etnográficas pelo interior do país. Entre 1928 e 1929, o intelectual esteve registrando e anotando as vivências da viagem ao Nordeste do Brasil. Nisto, passou mais de um mês (12/1928 - 02/1929) no Rio Grande do Norte. Mário de Andrade registrou em fotografias os portões de alguns cemitérios, como o de Augusto Severo, o de Goianinha e o de Arez, que aqui problematizamos. Nesta cidade, fez mais de um registro do Frontão, alguns túmulos, além da Igreja Matriz de São João Batista.

Nesta primeira fotografia o Frontão é exibido quase de perfil. É possível identificar os detalhes do monumento e também a deterioração da tinta. A pouca iluminação nos permite indicar que, talvez, a fotografia tenha sido tirada à tarde. Demonstra a imponência da obra, se comparado com a altura das árvores no fundo. Nos cantos laterais observamos a predominância de árvores, que demonstra como o espaço ao redor do cemitério ainda era muito rural. E isto se torna mais visível nas próximas fotos, pois é evidente que não há habitações nas imediações do Cemitério. Como vimos na historiografia brasileira sobre o nascimento dos cemitérios, a indicação do discurso higienista era que o cemitério fosse afastado do cotidiano dos vivos (Reis, 1991). No relatório de José Bento, o presidente da província indica que, em 1861, o Cemitério de Arez ficava a “50 braços pouco mais ou menos” (Figueredo Junior, 1862, p. 11) distante da vila, que convertendo em metros dá o número de 132m (Teixeira, 2006). Importante lembrar que, nesta época, o Frontão do Cemitério ainda não havia sido construído e não era murado ou cercado (Figueredo Junior, 1862). Apesar disto, a fotografia indica que, várias décadas depois da delimitação do cemitério, o espaço ainda se manteve distante da população. Não queremos dizer com isso que o motivo afastamento é espaço cemiterial, afinal, como aponta Souza, “[...] a regulamentação do espaço (da cidade de Arez) e da administração não foram suficientes para o desenvolvimento urbano local” (Souza, 2018, p. 127, grifo nosso), e depende de outros fatores. Mas as próximas fotografias são indicativos que, como aponta Teixeira, os cemitérios estabelecem, de forma grosseira, “[...] um dos limites da área urbana das aglomerações respectivas, no momento da construção dos mesmos” (Teixeira, 2006, p. 25). E no mesmo passo, que a Câmara Municipal de Arez atendeu as indicações da política imperial, discutida por Reis (1991), que indicava o afastamento dos lugares de sepultamento das aglomerações.

Na segunda fotografia registrada por Mário de Andrade, localizada no IEB, observamos o frontão com mais nitidez. Os detalhes dos traços criados por Hermenegildo são

visíveis. Aqui, percebemos também as árvores ao fundo da obra. A foto parece ter sido feita com uma angulação de cima para baixo, que concede uma conotação de superioridade e imponência à obra, se estendendo ao céu. Na parte inferior da imagem vemos o solo com mais clareza. Comparando com as outras imagens, é possível perceber que ainda se trata de terra, deixando claro que se trata de fato de um espaço rural. A pesquisa feita por Teixeira (2006), nos mostra a indicação da Constituição do Arcebispado da Bahia de que deveria existir uma linha imaginária, que ligava, simbolicamente, a Igreja e o Cemitério, conforme visto na imagem 04.

Imagem 08: Mapa da distância atual entre a Igreja Matriz e o Cemitério de Arez



Fonte: Google Maps, 2022.

Mediante a discussão anterior, feita a partir da articulação dos documentos localizados, podemos visualizar que, de fato, o cemitério foi delimitado longe da população. A plataforma Google Maps possui um recurso de medir uma distância aproximada entre dois pontos no mapa. Ao utilizarmos esta ferramenta, indicamos que a distância atual da Igreja Matriz de Arez e Cemitério Público é de aproximadamente 340m (visto na imagem 8). Isto é mais do que o dobro da medida exposta por José Bento em 1861, isto é, de 132m (Figueredo Junior, 1862). Não queremos com isso apontar uma incoerência nos dados, mas expor

justamente que, no ato da delimitação do cemitério, a preocupação com a distância do espaço urbano foi levada em consideração. E isto é perceptível ao observar, com um olhar atento, a fotografia tirada por Mário de Andrade.

A segunda fotografia (imagem 09) que iremos problematizar também foi registrada por um intelectual que já comentamos neste texto: Câmara Cascudo. Ele esteve diversas vezes na cidade de Arez, e em uma destas idas, no ano de 1937, fez alguns registros fotográficos da cidade. Dentre eles, registrou o frontão do cemitério. Esta e outras fotos foram publicadas em uma de suas matérias, em um texto com o nome *Arez: terra de velhas tradições - os índios e os flamengos*, publicado no jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, em 12 de junho de 1937. Ainda neste capítulo iremos falar do texto, mas, por enquanto, nos importa a foto que está exposta a seguir. Esta imagem possui uma particularidade que deve ser levada em conta. Veja, Mário de Andrade retratou o cemitério com intenções subjetivas que não podemos indicar. No entanto, as fotos permaneceram desconhecidas até nossa equipe de pesquisar localizar no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Já a fotografia feita por Câmara Cascudo foi inserida em um dos circuitos de circulação midiático mais importantes da época, isto é, os jornais, muito presentes na década de 1930.

Imagem 09: Fotografia do Frontão do Cemitério feita por Luís da Câmara Cascudo em 1937



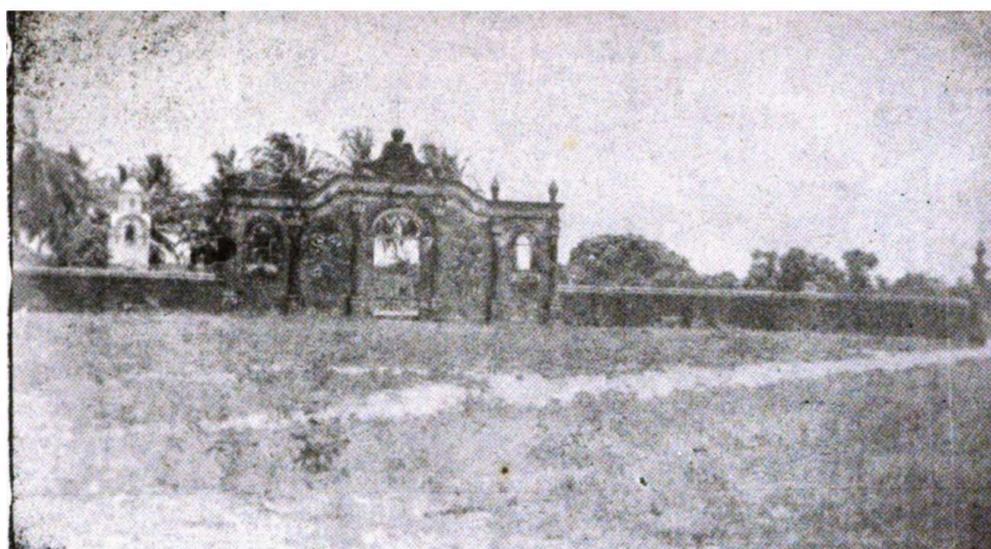
Fonte: Diário de Notícias, 1937.

O Frontão do Cemitério foi retratado da direita para a esquerda, lembrando o mesmo enquadramento da fotografia de Mário de Andrade, exposta acima. A de Cascudo parece ter sido ainda mais inclinada de cima para baixo, aumentando a sensação de imponência do

monumento. Temos aqui quase uma década de distância temporal entre a foto do intelectual paulista e a do potiguar. Mesmo assim, a paisagem rural se mantém, com um solo descampado e ao fundo, podemos perceber vários coqueiros e um túmulo à vista, no canto esquerdo da foto. Articulando as fontes, notamos que, no texto de 1946, também publicado em jornal, Cascudo afirma que “Várias revistas do Rio de Janeiro e de São Paulo tem publicado a fotografia do portão, gabando-lhe o conjunto e a imponência das linhas senhoriais” (Cascudo, 1946, p. 3). Não podemos indicar se de fato se trata desta fotografia em questão. No entanto, é importante sua afirmação de que a imagem do monumento estava circulando em periódicos das maiores cidades do país, na época. Isto nos permite indicar que, já na década de 1940, o Frontão do Cemitério se transformava em um símbolo de beleza estética e unicidade.

A terceira fotografia (imagem 10) foi localizada em um contexto de circulação semelhante, isto é, na *Revista do Arquivo Público de Pernambuco* do ano de 1956. Diferente das anteriores, esta foto registra o frontão e seus muros em toda a sua extensão lateral direita. A suposição que pudemos levantar a datação desta fotografia é que talvez seja anterior aos anos 1940. Isto porque não é possível visualizar o túmulo de Leônidas de Paula, que faleceu em 15 de novembro de 1942, e hoje, é bem visível ao ver o cemitério de frente, como na foto abaixo.

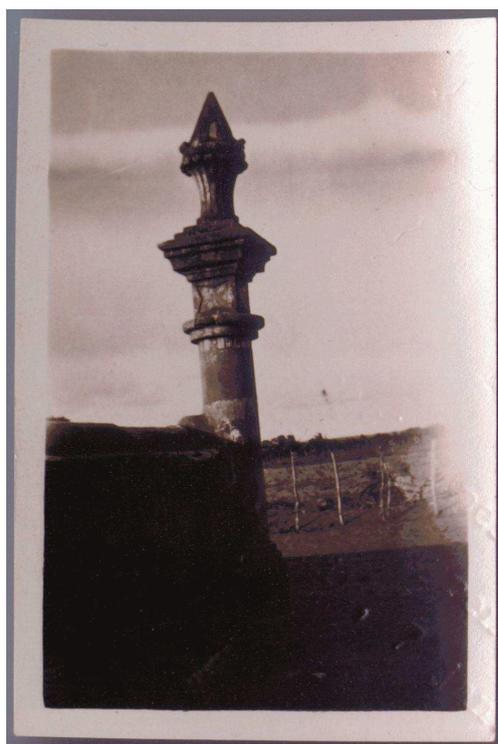
Imagem 10: Fotografia do Frontão do Cemitério e muros do cemitério de Arez, anterior a década de 1940



Fonte: Revista do Arquivo Público de Pernambuco, 1956.

Devido à dimensão da fotografia, é possível perceber como de fato os arredores do cemitério permaneceram sendo um espaço rural, mesmo décadas após a foto de Mário de Andrade. Se compararmos esta fotografia com o mapa da imagem 04, visualizamos que, até hoje, o espaço cemiterial demarca uma espécie de limite da zona urbana da cidade. No entanto, a expansão urbana chegou próximo do Cemitério. Inclusive, de frente ao Frontão há um espaço de convívio com o nome de “Praça da Saudade”. A área é arborizada e possui bancos para as pessoas sentarem e contemplarem o monumento. No lado esquerdo, existe uma quadra de futsal, e do lado direito, a “Rua Campo Santo” segue a extensão dos muros do cemitério, com casas que se estendem pelo território lateral. Com estas considerações, podemos visualizar, como aponta Teixeira (2006), que a estruturação urbana toma o cemitério como um elemento de delimitação.

Imagem 11: Ornamento lateral dos muros do cemitério de Arez, retratado por Mário de Andrade em 1929



Fonte: Sales Neto; Diniz; Gomes, 2022

No texto “O frontão do cemitério de Arez: história, memória e patrimônio” (Sales; Diniz; Gomes, 2022), tivemos a oportunidade de discutir uma descoberta até então inédita em nossa pesquisa. Isto é, a coluna lateral na extremidade direita dos muros do Frontão. Esta peça artística corrobora com uma fotografia tirada por Mário de Andrade, quando esteve em Arez,

no ano de 1929. Não podemos precisar como o ornamento lateral (imagem 11) foi retirado ou desaparecido. Mas é possível indicar que, em algum momento entre os anos 1920 até 1940, a coluna lateral que também fazia parte do conjunto artístico da obra foi removida. Ao fundo da imagem, onde hoje existem casas e uma rua, existia apenas um terreno cercado, um espaço rural marcado pela presença de palmeiras.

A quarta fotografia (imagem 12) deste conjunto de imagens, também foi tirada por um intelectual, mas com uma intenção específica diferente das anteriores. Desta vez, o estudioso que fotografou a obra foi Oswaldo de Souza, entre os anos de 1961-1962. Sua intenção foi produzir um inventário dos bens culturais do Rio Grande do Norte, pois estava em uma missão atribuída pelo DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que se transformou no IPHAN). Sendo assim, ao tirar esta fotografia, não tinha intenção de fazer um retrato bonito de uma peça artística, mas exibir, com o máximo de detalhes possíveis, um bem cultural a ser patrimonializado. Logo, é uma razão prática que carrega um contexto complexo, tanto nos níveis históricos, culturais e políticos, que serão problematizados na próxima seção.

Imagem 12: Fotografia do Frontão do Cemitério feita por Oswaldo de Souza entre 1961-62



Fonte: Sales Neto; Diniz; Gomes, 2022.

A fotografia possui o diferencial de estar muito nítida. É perceptível como o fotógrafo tentou captar o frontão conforme a linha do olhar, para ter a menor deformação de perspectiva possível. Isto porque esta foto tem um viés técnico, com o objetivo claro de demonstrar um objeto da forma mais fiel possível. Os detalhes curvilíneos da peça são nitidamente demarcados, assim como as deformações do tempo. Ao fundo, podemos ver que novos

túmulos aparecem no interior do cemitério, no qual o mesmo cenário, árvores e grandes coqueiros se repetem. O solo indica que o espaço permanece rural, agora aparentemente coberto por uma vegetação gramínea.

Existem outras imagens em nosso acervo, que optamos não problematizar, por não possuírem uma datação clara. No entanto, podemos concluir que as fotografias expostas acima criaram uma espécie de padrão visual de como retratar o frontão, que é perceptível até hoje. Ademais, por estarem em contextos de circulação distintos, forjaram uma imagem-símbolo de um monumento que carrega uma beleza artística única, exposta em diferentes lugares do país. Estas fotografias, com o passar do tempo, deram base para surgir um imaginário em volta do Frontão do Cemitério de Arez. Articuladas em contextos de circulação próprios, com diferentes níveis de proporção, contribuíram para ressaltar a beleza estética da obra. Portanto, tais fotografias têm um papel ímpar no processo de patrimonialização do Frontão, que problematizamos a seguir.

II.II A invenção de um patrimônio

Quando foi construído sob a coordenação de Frei Herculano, não havia a intenção de edificar um bem cultural ou patrimônio. Aliás, nesta época a ideia de patrimônio ainda não estava em circulação no Brasil. Ao longo do século XX, determinados intelectuais engajados em uma política do patrimônio, atuaram junto a determinados escritores, atribuindo valores ao monumento, em um processo histórico de significação. É isto que iremos problematizar neste tópico. Alguns destes escritores foram exímios viajantes, que saíram do gabinete para conhecer diferentes brasis, e publicaram textos em periódicos e outros meios de circulação. Estes textos e relatos atribuíram significados históricos, artísticos e culturais ao Frontão do Cemitério de Arez. Mas antes de adentrarmos nossa pesquisa, é pertinente discutir brevemente a ideia de patrimônio.

II.II.I Uma conceituação possível para o Patrimônio

Para o fim desta breve análise, tomaremos como pano de fundo conceitual o trabalho da historiadora brasileira Márcia Chuva (2011, 2020). Hoje, o termo patrimônio é uma categoria superdimensionada, que agrupa campos diferentes (Chuva, 2020). Cada campo possui uma trajetória única no Brasil, que foi desempenhada por diferentes agentes sociais, práticas, procedimentos e ritos. O agrupamento desses campos aconteceu em decorrência de

decisões políticas, mas não é uma junção conceitual. Sabemos, contudo, que o patrimônio pode ter diversos usos, entre sociais, políticos e econômicos. Sendo assim, é um documento histórico, que pode nos indicar diferentes aspectos de uma dada sociedade. Quando determinados agentes decidem preservar um patrimônio, este se torna uma matéria para criação de conhecimento e pode incidir novos olhares para futuras gerações. Em seus trabalhos, Márcia Chuva propõe uma contextualização da sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural (2011).

Na virada do século XIX para o XX foram criados diferentes instrumentos de preservação de determinados bens. Neste período de construções das nações, as autoridades governamentais buscaram construir uma biografia de sua própria nação, em volta de um mito de origem (Chuva, 2011). Para solidificar tal mito, se fez necessário preservar vestígios materiais deste passado ancestral do seu povo. Foi assim, de forma sintética, que as práticas de preservação de monumentos e sítios históricos se fez presente. Surgiram diferentes instrumentos de recenseamento, censos e inventários que determinavam o que seria preservado e qual o significado do bem para os Estados Nacionais. Para efetuar esta pesquisa, foi preciso criar técnicas, ferramentas e conhecimentos específicos.

Estas ideias encontraram terreno fértil no Brasil dos anos 1930 e se consolidou em atitudes políticas com mais força no chamado Estado Novo (1937-1945). Houve um esforço para efetuar políticas de estado com a intenção de forjar uma identidade nacional, propriamente brasileira. O instrumento de maior impacto foi a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no ano de 1937. Este resulta, dentre outros fatores, do engajamento de determinados intelectuais modernistas dos anos 1920, nas políticas de preservação patrimonial. Podemos citar, por exemplo, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Rodrigo Melo Franco de Andrade.

A perspectiva que orientou as decisões políticas do Estado Novo, foi a identidade brasileira, propriamente dita, nas representações do Brasil Colonial. Isto porque, foi neste período histórico, com a atuação de determinados personagens e figuras, que residia o mito de origem do povo brasileiro. O órgão do SPHAN se diferencia de outras instituições de salvaguarda justamente pela característica tutelar. Isto é, por meio da prática do tombamento, um bem patrimonial seria protegido pelo Estado. De início, o tombamento se destinou a produção artística e arquitetônica do período colonial, notadamente barroca. Isto porque o mito das raízes fundadoras da nação que a política do Estado Novo buscou instaurar, tinha base na herança portuguesa deste período histórico, em sua maioria religiosa. A indicação,

portanto, é de que a herança portuguesa, sendo uma ponte entre passado e futuro, no que diz respeito à modernidade e à tradição, seria o traço mais forte da cultura brasileira (Chuva, 2011, p. 14). Sendo assim, a leitura de patrimônio dos agentes do SPHAN procurou um valor intrínseco de um bem, que seria revelado por estudiosos, quase sempre em uma perspectiva estética.

Com o passar dos anos, novas perspectivas foram surgindo e um novo cenário se formou, principalmente entre os anos 70 e 80. Até culminar em 2000, com a política do patrimônio imaterial e uma nova leitura do patrimônio e suas políticas públicas. Hoje, existem diferentes concepções para o patrimônio. Nos interessa, para os fins deste texto, a ideia de que o patrimônio seria “[...] fruto de saberes e valores atribuídos, independentemente de sua natureza material ou imaterial” (Chuva, 2020, p. 29). Esta perspectiva tem a capacidade de atribuir historicidade aos valores construídos em dinâmica e também com diferentes identidades. E a atribuição, neste caso, é encarada como resultado de lutas, em uma disputa de poder. É nesta conceituação que vemos a base para problematizar a historicidade dos sentidos atribuídos ao Frontão do Cemitério de Arez, buscando articular novos sentidos. E isto tanto no nível artístico como em sua construção, além dos sujeitos que participaram diretamente na construção do patrimônio enquanto bem cultural. Com isto, buscaremos, parafraseando Chuva (2020), encontrar sujeitos onde antes só se enxergavam um objeto.

II.II.II Intelectuais viajantes e a atribuição de valores

Tivemos a oportunidade de problematizar e aprofundar as dinâmicas históricas do processo de patrimonialização do Frontão do Cemitério de Arez em outro trabalho (Sales Neto; Diniz; Gomes, 2022). Por isso, optamos por não retomar a discussão na íntegra nesta monografia. No entanto, se faz pertinente discutir, com base nas reflexões de Márcia Chuva (2011, 2020), o processo de atribuição de valores históricos, artísticos e culturais a este monumento funerário.

Notamos que todo o processo de significação ao redor deste monumento funerário aconteceu ao longo do século XX. Neste período, aos poucos, diferentes valores foram atribuídos ao Frontão do Cemitério, até que em 1962 ele fosse inscrito no livro de tomo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A nossa pesquisa resultou que este reconhecimento partiu da atuação de determinados intelectuais, que se enquadram no contexto histórico, político e cultural que problematizamos acima.

Visualizamos especificamente três intelectuais viajantes que, ao passarem por Arez, escreveram textos e fizeram alguns registros fotográficos, expostos neste capítulo. Os intelectuais que tratamos são: Mário de Andrade, que esteve em Arez no ano de 1929; Câmara Cascudo, que lá esteve em 1937; e Oswaldo de Souza, que também esteve em Arez em 1961. Iremos comentar, em síntese, o papel de cada intelectual no processo de patrimonialização do cemitério. É preciso deixar claro que não queremos, com esta discussão, indicar que o frontão só é um bem patrimonial por conta de alguns poucos homens. Como discutimos acima, concordamos que o patrimônio está em relação direta com os cidadãos que enxergam no monumento diferentes valores, vivências e memórias. No entanto, para um patrimônio ser institucionalizado na primeira metade do século XX, era preciso estar bem encaixado nos ideais das políticas públicas do patrimônio de então. Ora, estes intelectuais estiveram diretamente ligados com estas decisões políticas e, portanto, foram essenciais para sua consolidação.

O prestigiado intelectual paulista, Mário de Andrade, fez algumas viagens etnográficas pelo Brasil. No período de dezembro de 1928 a fevereiro de 1929, quando esteve no Nordeste, ficou hospedado na casa de Câmara Cascudo, em Natal, no Rio Grande do Norte. Neste período, foi à Arez, deixando como registro fotos, textos e matérias jornalísticas. Para os fins desta análise, merece atenção o texto *O trabalhador nordestino*, datado de 20 de março de 1921, publicado no *Diário Nacional*. Mário é um dos primeiros a atribuir, em um periódico de massa, um valor artístico ao Frontão do Cemitério (Sales Neto; Diniz; Gomes, 2022). Isto ao mencionar os “[...] portões maravilhosos que nem os que a gente encontra em cemitérios nordestinos, o de Arez, o de Goianinha [...]. Portões que o nordestino fez” (Andrade, 1929). O adjetivo “maravilhoso” atribuído neste texto, junto às fotografias que registrou durante a viagem, nos permite visualizar o impacto que o monumento causou no intelectual paulista.

Por sua vez, Câmara Cascudo (que possivelmente esteve com Mário nesta viagem a Arez) visitou a cidade diversas vezes. Apesar de não estar diretamente envolvido com a política nacional do patrimônio, buscou defender, nos vários periódicos que escreveu, os patrimônios que visualizava no Rio Grande do Norte. No ano de 1937, visitou Arez novamente (curiosamente, o ano de criação do SPHAN, que viria a se tornar o IPHAN). Desta vez, fez alguns registros e publicou uma extensa matéria sobre a história local da cidade, intitulado *Arez: terra de velhas tradições - os índios e os flamengos*, publicado no dia 12 de junho no jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro. Além das fotografias que já comentamos, que reforçam os valores artísticos da peça, Cascudo atribuiu, pela primeira vez, valores históricos ao monumento. Isto ao pontuar hipóteses para a sua criação. Afirma, em sua

análise, que o Frontão do Cemitério possui um estilo do barroco colonial (Sales Neto; Diniz; Gomes, 2022), por coincidência, isso é o que a política do patrimônio de então considerava como representante da identidade brasileira (Chuva, 2011).

Em outro texto, de alguns anos depois (Casculo, 1946), ele não só ressaltou o valor artístico da obra, como o explicou: possuindo um estilo entre o rococó e o barroco, seu valor residiria na riqueza artística de detalhes e pela excepcionalidade em todo o território do Rio Grande do Norte (Sales Neto; Diniz Gomes, 2022). Desta forma, também atribuiu valores culturais ao Frontão do Cemitério, além de alertar a necessidade de se preservar aquele bem único no estado (Casculo, 1946).

Um último escritor decisivo para o tombamento do Frontão foi o intelectual e músico Oswaldo de Souza. Este esteve inserido em uma rede de sociabilidade de intelectuais norte-rio-grandenses, da qual Câmara Casculo fazia parte. O intelectual trabalhou em diferentes áreas ao longo de sua carreira e, no início da década de 1960, foi encarregado pelo DPHAN para produzir um inventário das obras e bens artísticos e culturais do seu estado. Em 1961, passou por Arez, e registrou vários bens. O que nos interessa para esta problematização é o texto que escreveu no relatório sobre o Frontão do Cemitério, apontando que: “Na verdade, no gênero, não há nada semelhante, talvez no Nordeste, pelo menos que saibamos. [...]. Não se pode negar boniteza e elegância ao estilo ornamental rococó da obra de Frei Herculano” (Souza, 2019, p. 132).

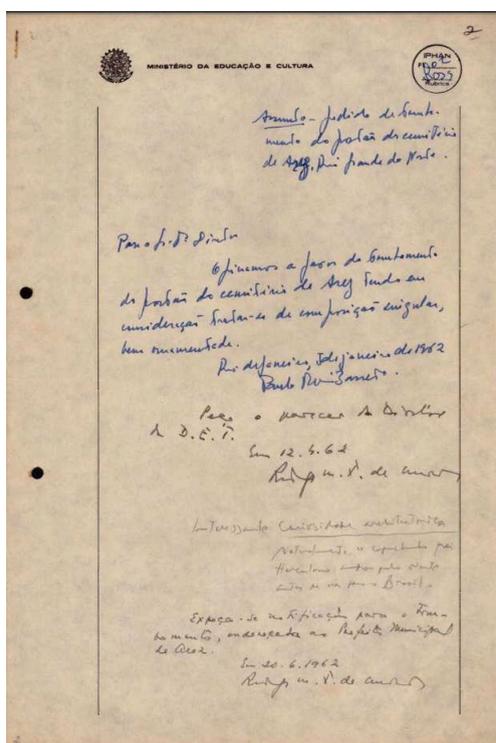
Além deste comentário, que denota com veemência a unicidade do Frontão do Cemitério de Arez, também ressalta a excepcionalidade e refinamento artístico do monumento (Sales Neto; Diniz; Gomes, 2022). O processo de inscrição do Frontão no livro de tombo, de código 0669-T-62, se inicia justamente como um trecho deste relatório de Oswaldo, em outubro de 1961. A imagem 13, vista a seguir, é a segunda página do processo, que trata do pedido de tombamento do monumento.

Podemos visualizar, ao fazer uma leitura paleográfica, que o processo se inicia com o primeiro parecerista escrevendo, em janeiro de 1962, que a “composição singular” (IPHAN, 1962)³ do Frontão lhe chamou atenção e encaminhando o processo para outra pessoa. Com outra coloração de tinta, em abril do mesmo ano, escreveu pedindo o parecer a um superior. O próximo parecerista afirmou que o cemitério possui uma arquitetura interessante e confirmou ser obra do capuchinho Frei Herculano. Por fim, no mês de junho, os pareceristas indicaram o tombamento e pediram para que a Prefeitura Municipal de Arez fosse notificada. A terceira

³ Processo localizado no arquivo Noronha Santos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de número 669-T-62 no ano de 1962. Citado neste texto como: (IPHAN, 1962).

página do processo é justamente a notificação encaminhada ao prefeito de Arez, pelo diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que, na época, era o jornalista, advogado e escritor Rodrigo Melo Franco de Andrade. Conforme visto na página cinco, o prefeito da época, Adauto Ferreira da Rocha, acusou o recebimento da notificação no dia 9 de agosto. Alguns dias depois, em 23 de agosto de 1962, o monumento foi inscrito sob o n.º 351 no Livro de Tombo Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Imagem 13: Segunda página do processo de tombamento n.º 0669-T-62, do pedido de registro para o Frontão do Cemitério de Arez.



Fonte: Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação - Arquivo Noronha Santos - IPHAN.

Em pouco menos de um ano, da solicitação e o desenrolar do processo, o Frontão do Cemitério de Arez foi tombado. Conforme fica evidente, a interligação de textos e registros feitos por estes intelectuais contribuíram decisivamente para que Frontão fosse enxergado e institucionalizado como um patrimônio. É nítido como o esforço cumulativo atribuiu diferentes sentidos ao monumento que foi erguido no início dos anos de 1880. Guiados pela ideia de Frei Herculano, a população local se empenhou para edificar o bem. O que antes era um terreno sem cercas, distante da cidade, recebeu muros com ornamentos laterais e um portão imponente, fincado em direção à paróquia. O monumento funerário permaneceu distante da vila por algumas décadas e demarcava, de alguma forma, os limites do povoado.

Os portões que abrem caminho para a última caminhada de vários arezenses ao longo das últimas décadas. Apesar de ser um objeto concreto, está ligado de forma intrínseca a uma questão intangível: a morte. Sendo assim, não podemos deixar de problematizar o impacto na sensibilidade de estar diante do Frontão do Cemitério de Arez. É isto que iremos discutir no próximo capítulo.

III. ANTE OS CAMPOS DA MORTE: EXPERIÊNCIA E AFETO

“A experiência não é experimental. Não se pode provocá-la. Apenas se submeter a ela. Antes paciência que experiência. Nós esperamos — ou melhor, nós padecemos.”
Albert Camus, 2014

Um som insistente e compensado de buzinas levaram meu olhar à esquerda. Na Rua Campo Santo, um pequeno grupo de pessoas vestindo preto acompanhavam um carro comum, pesando os passos sobre o calçamento quente do fim da tarde. Algumas motos, em solavancos, fechavam o cortejo. Mesmo de longe, o peso da despedida me tocou. Era junho de 2022 e estava diante do Frontão do Cemitério de Arez, desenhando o monumento funerário. Isto por conta da excursão ao Rio Grande do Norte, realizada em decorrência do projeto de iniciação científica intitulado *De Guarairas a Arez: dinâmicas sociais e processos históricos de formação de uma espacialidade local (Séculos XVII a XX)* (PIBIC/CNPq/UFCG), da qual era o aluno bolsista. Passamos uma semana em terras potiguares, pesquisando em diferentes espaços e instituições. Durante este período, estive com um diário de bordo em mãos, registrando o impacto afetivo que a experiência de pesquisa no local despertou, principalmente quanto ao Cemitério da cidade que, naquele momento, desenhava.

Atordoado com as buzinas, guardei os materiais na bolsa para se juntar ao grupo e acompanhei o cortejo. O carro parou em um portão lateral do cemitério. Um homem retirou do veículo um pequeno caixão branco, que possuía o desenho de uma pomba entalhada. Em silêncio, adentramos a cidade dos mortos. O cemitério já não tinha espaço para fazer sepultamentos e, depois do grande número de vítimas da pandemia global causada pelo COVID-19, precisou ser expandido. Ao longe, um homem que se apoiava sobre uma pá nos aguardava próximo ao túmulo de uma idosa. Destoando de todos, o coveiro vestia verde e amarelo, esperando o cortejo, e só se escutava os barulho dos passos. Ao ver a pequena cova funda, o esforço descomunal para conter o choro foi rompido. A comoção se espalhou entre as pessoas, que lutavam para manter a calma, em meio a uma dor sem tamanho. Um sofrimento que não podia ser curado, fruto de um fato irrevogável.

O pequeno caixão, ainda descoberto, foi entregue à mãe da criança. A mulher o abraçou com cuidado e delicadeza, apesar dos soluços que faziam tremer o corpo. O rosto da criança estava tão branco quanto o próprio caixão. Ainda em silêncio, a mãe estendeu o caixão ao coveiro, que estava em pé, dentro da cova. Sem dúvidas, era a pessoa mais calma ali, apesar de comovido. Não bastasse toda a angústia do cortejo, a tampa do caixão não queria fechar. Um familiar se aproximou para tentar ajudar o coveiro. Aparentemente, uma

das travas do féretro resistia ao encaixe. Um desconforto tomou conta do cortejo que, entre soluços e silêncios, observava o esforço dos homens a fechar a caixa onde a criança iria repousar. A certo custo, a tampa encaixou e o caixão foi fechado, trancado a duas chaves.

Devagar, as primeiras pás de terra se acumulavam sobre o féretro. Alguém ofereceu uma flor à mãe da criança, para jogar na cova. Foi o último gesto de carinho, o movimento final da despedida. Ela estendeu o braço sobre o túmulo, com a flor em mãos. Naquele momento, toda a violência da convenção foi rompida. A mulher não segurou o choro, muito menos a fala, o corpo. A flor tremeu junto ao coração da mãe, até que a soltou devagar. Um familiar abraçou a mulher e o coveiro voltou a soterrar a cova. Quando a terra sobrepôs a flor, a madeira e o corpo, uma pesada tampa de mármore trouxe a escuridão da morte ao túmulo.

Aos poucos, as pessoas se dispersaram, ficando somente os familiares mais próximos. Eu saí a caminhar pelas ruas do cemitério, ainda desorientado com o que, por coincidência, presenciei. Salvo engano, foi o primeiro sepultamento aos moldes católicos que acompanhei em toda a minha vida, até aquele momento. Sendo assim, pude observar de perto, mas com uma certa curiosidade de quem vê pela primeira vez uma prática cultural e religiosa distante, que vinha estudando na historiografia sobre as atitudes humanas diante da morte.

Quando o professor Dr. Francisco Firmino Sales Neto me convidou para ser o bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), não conhecia Arez, muito menos o cemitério da cidade. Na época, estávamos em meio a pandemia global causada pela COVID-19, sem perspectivas de retorno às atividades presenciais e finalizando um período remoto conturbado. Nos primeiros meses do projeto, estudamos e pesquisamos a história local da cidade por meio de uma determinada bibliografia e acervos digitais, devido à quarentena. Sendo assim, até o fim do primeiro semestre da vigência do projeto, só conhecia o objeto de estudo por meio de imagens e textos. No segundo semestre, a equipe finalmente viajou para o Rio Grande do Norte, entre os dias 12 a 19 de junho de 2022. Também por coincidência, decidi levar um pequeno caderno para escrever durante a viagem. Sem perceber, acabei fazendo um diário de bordo da excursão, que materializa a experiência de um historiador em formação indo a campo. Encaramos este caderno como uma fonte histórica, que pode ser problematizado por diferentes perspectivas.

Ora, a experiência de estar diante de um cemitério é sempre afetiva. Isto porque o cemitério é a lembrança constante, firme e impactante de que um dia, inevitavelmente, iremos morrer. Como aponta Philippe Ariès (2017), em um longo processo histórico que problematizamos anteriormente, a morte foi banida do espaço familiar e relegada aos hospitais e cemitérios. Sendo assim, não se pode separar o impacto causado pelas ruas e vielas

da cidade dos mortos em nossa subjetividade. Em busca de trazer novos sentidos ao Frontão do Cemitério de Arez, optamos por abraçar a esfera da afetividade e propor uma exploração objetiva da subjetividade do historiador que vai a campo.

Sendo assim, a partir do conjunto de experiências da excursão à Arez, buscaremos descrever e analisar as vivências de pesquisa em torno do cemitério da cidade. Isto para visualizar algumas facetas multidisciplinares e subjetivas de pesquisa no espaço cemiterial, que podem ser acessadas nas experiências de investigação na cidade e no Cemitério de Arez.

III.I Vivências entre a cidade dos vivos e dos mortos

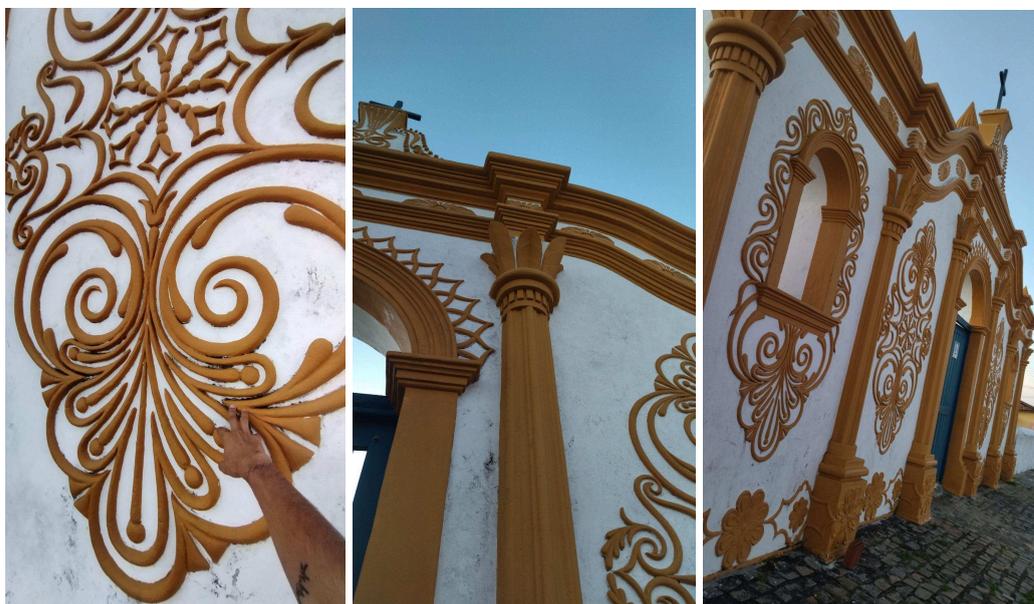
A equipe se encontrou na manhã do dia 12 de junho, no campus da UFCG de Cajazeiras, na Paraíba, para pegar o ônibus. Ainda no início da viagem, inaugurei o diário de bordo. Ao saber da excursão, busquei logo uma caderneta para conseguir escrever nestes dias que estaria fora de casa. Isto porque escrever é um movimento natural de minha existência. É na escrita que enxergo meu lugar no mundo. Desde os primeiros quilômetros em terras paraibanas, senti uma necessidade urgente de registrar os momentos vividos. No mesmo passo, busquei vivenciar a experiência da forma mais potente possível. Sendo assim, passei boa parte da viagem a observar e escrever, sempre que possível. Isto rendeu um vasto conjunto de impressões e afetos despertados pela experiência de pesquisar em um local que, antes, só conhecia por fotos e documentos históricos.

Ao fim de quase oito horas na estrada, chegamos próximos a Arez. De imediato avistamos os canaviais infindáveis que produzem matéria-prima para as usinas locais. Após atravessar estradas tortuosas, chegamos no alojamento à tarde. Depois de alocar as malas e descansar um pouco, eu e um dos companheiros de pesquisa saímos do alojamento em direção ao Frontão do Cemitério. No caminho, a primeira impressão que tive da cidade foi de um local que parou no século passado, funcionando alheio à nossa presença. Muitas pessoas andavam de bicicleta por entre ruas, em que o amarelo predomina na arquitetura e as construções espelhavam losangos, quadrados e retângulos. Ao ver a distribuição das ruas, com base na praça central da cidade, recordei a estrutura de organização das residências dos aldeamentos indígenas, organizados pelos jesuítas, como ocorreu na missão de São João Batista de Guaraíras. Caminhando pela cidade, tive a impressão de ver etnias com fenótipos distintos, entre indígenas, africanos e europeus. O céu, quase sempre sem nuvens, exibiu um espetáculo todo fim de tarde, numa mistura de tons rosas e roxos.

Após virar algumas esquinas, fiquei de frente ao Frontão do Cemitério de Arez pela primeira vez. O sol estava perto de se pôr, quando vi o monumento que se impunha contra o céu e contra os vivos. O lembrete indesejado que uma hora ou outra, todos iremos entrar pelos portões que abre o fim do caminho. De início, a peça me pareceu ter encantamento contido de aspecto sóbrio e, no conjunto, os ornamentos curvilíneos causam uma leve sensação de sublime. Isto é, aquele sentimento que temos ao observar algo grandioso, como uma vasta planície ou um amontoado único de nuvens. Os portões estavam fechados no momento, então não podemos entrar no cemitério.

Minha maior curiosidade na ocasião foi observar de perto os detalhes curvilíneos do monumento, que não era possível visualizar pelas fotos. Nas fotos da imagem 14, é possível ver os ornamentos com motivos florais em detalhes. A última vez que o monumento recebeu uma restauração foi em 2015, visto que, na época, as paredes apresentavam mofo e alguns detalhes dos ornamentos estavam danificados (IPHAN, 2015)⁴. Quando o visitamos em 2022, o aspecto do patrimônio estava bem conservado.

Imagem 14: Colagem de fotografias de detalhes do Frontão do Cemitério de Arez feitas pelo pesquisador na excursão em 2022



Fonte: acervo do projeto.

Não pude deixar de tocar na obra, para materializar com o corpo o objeto de pesquisa que, por muito tempo, só conhecia por meio de fotos. Observando o conjunto da obra, me

⁴ Relatório de Fiscalização de Ordem 201413092 do Frontão do Cemitério no Município de Arez/RN. Será citado nesse texto como: (IPHAN, 2015)

colocava no lugar de Hermenegildo, o Frei Herculano, que articulou ornamentos curvilíneos tão distintos para um monumento funerário. Ficou fácil entender a lenda local que o memorialista Sales (2012) narrou, isto é, que seria impossível desenhar o Frontão no papel. A estética linear dos ornamentos, em articulações inusitadas de curvas, espessuras e representações imagéticas de motivos florais, parecem ser indissociáveis do todo. Ou seja, o monumento não me parecia um conjunto de desenhos distintos, mas uma só obra, em que não é preciso acrescentar nem modificar nada. Sendo assim, desperta em nós o sentimento de belo. Este impacto indica a originalidade de Frei Herculano, aqui pensando como um artista que, junto a população local, erigiu este bem cultural.

No entanto, mais do que se colocar na mente do artista que esboçou a obra, me vinha a imagem dos trabalhadores que ergueram o monumento. Os memorialistas e alguns documentos que problematizamos nos capítulos anteriores, nos levam a crer que a população auxiliou o Frei Herculano a erguer o Frontão. A impressão que chega até nós pelas fontes é que o auxílio foi oferecido pela própria comunidade, entre pessoas brancas, frades e indígenas. A falta de fontes não permite formular hipóteses contundentes sobre a edificação da obra, em termos práticos. No entanto, podemos indicar que, de forma coercitiva ou não, o Frontão do Cemitério foi erguido pelos próprios arezenses, guiados pela ideia de Hermenegildo.

Apesar de estar situada distante do núcleo urbano, como constatamos anteriormente, os viajantes e transeuntes da cidade se prestavam a ir observar a obra. E isto desde que foi finalizado, na década de 1880. Eu estava ali, mais de um século depois, sentado na Praça da Saudade, ante o Frontão do Cemitério de Arez, contemplando o monumento deixado pelos arezenses do século XIX, junto ao Frei Herculano. Me perguntava quais as impressões brutas e diretas que causou em Mário de Andrade ou em Câmara Cascudo, que não só observaram a obra, mas fizeram questão de registrar e divulgar a singularidade que julgaram encontrar. O que podemos concluir é que a experiência estética de observar o Frontão deixou uma marca, que levaram a estes e outros intelectuais expressar o encanto pela obra.

A tarde findava, quando voltamos ao alojamento. Após jantar em um restaurante próximo, passamos a noite em Senador Georgino Avelino, uma cidade vizinha, emancipada politicamente de Arez em 1963, onde aconteciam as festividades de São João. No segundo dia de excursão (13/06), acordamos cedo para encontrar o professor orientador na praça central da cidade. Esta fica localizada próximo à Igreja Matriz de São João Batista, conforme visto na imagem 4. De lá, partimos para o arquivo público da Prefeitura Municipal, que fica nas imediações da praça. O dia foi preenchido digitalizando vários documentos pertinentes à

investigação. Foi a primeira vez que tive contato direto com fontes históricas, com os cuidados necessários pela deterioração do tempo.

No terceiro dia de excursão (14/06), buscamos finalizar a pesquisa no arquivo da Prefeitura. Antes do segundo turno da tarde, fomos visitar o Sítio Nascimento, na Zona Rural da cidade. Surgiu, no meu íntimo, uma necessidade de capturar cada instante que vivenciava, cada experiência que me acontecia por acaso. Estive sempre com o caderno em mãos, buscando captar, com máximo de atenção possível, o que me foi permitido vivenciar. Voltando à cidade, a equipe digitalizou os documentos pendentes e fomos descansar no alojamento.

O quarto dia da viagem (15/06) começou cedo. Partimos para a capital do Rio Grande do Norte, que fica a uma hora de distância de Arez. Após alguns quilômetros na estrada, tive a sensação de sair de um local que vivia no século passado e voltamos à realidade de prédios, *slogans* e anúncios do mundo moderno. Era como se nas outras cidades que passamos até Natal, o passado se escondia sob camadas espessas de concreto, diferente de Arez, na qual era possível respirar sua história em cada esquina. Chegando em Natal, conhecemos o centro histórico da cidade e passamos no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Então paramos no destino, que era o Ludovicus - Instituto Câmara Cascudo, onde passamos o dia redigindo e transcrevendo documentos para a pesquisa. Após finalizar a investigação no arquivo desta instituição, fomos visitar a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), para conhecer o campus.

O quinto dia da excursão (16/06) foi onde, de fato, tive a oportunidade de ter uma experiência etnográfica relativa ao objeto de pesquisa deste trabalho. Isto porque a manhã foi dedicada a visitar pontos históricos da cidade de Arez. E a primeira parada do dia foi justamente no cemitério histórico da cidade. Desta vez, os portões estavam abertos, o que permitiu conhecer de fato a cidade dos mortos arezense. Visto que presta serviços de enterramentos desde a segunda metade do século XIX, podemos observar uma diversidade quase caótica de sepulturas. Existem túmulos estruturados e suntuosos, e outros apenas com um cruzeiro aparente, onde a grama surge de todos os lugares. Isto é perceptível no conjunto de fotografias da imagem 15, na qual vemos que a ordenação dos túmulos não foi planejada, e o espaço das sepulturas foi se ajustando conforme a necessidade dos respectivos momentos históricos. No canto inferior da imagem da fotografia do centro, um túmulo simples, com apenas uma cruz azul, está coberto por gramas que contrasta com o túmulo suntuoso retratado na fotografia da direita. Este, inclusive, já é visível na imagem 10, publicada pela Revista do Arquivo Público de Pernambuco em 1956, exposta no capítulo anterior.

Imagem 15: Colagem de fotografias do interior do Cemitério de Arez feitas pelo pesquisador na excursão em 2022



Fontes: acervo do projeto.

Minha experiência de exploração no interior do cemitério histórico foi fugidia e, por isso, não tivemos oportunidade de propor uma análise profunda da vivência. No entanto, ao buscar ler os lugares de sepultamento, como aponta o historiador Paulo Henrique Muniz (2006), percebemos que o cemitério é um “[...] patrimônio cultural que abriga representações materiais e imateriais (extra-sensorial, impalpável) das manifestações (rituais e símbolos) do homem frente a morte, manifestação de saudade, tristeza, amor, fé, esperança” (Muniz, 2006, p. 161). Isto porque a morte é um fato cultural da humanidade. Mas cultura entendida como a “[...] capacidade humana de ultrapassar os dados imediatos da experiência e dotá-la de um sentido novo trazido pela reflexão e pela escrita/leitura, ou seja, trata-se de obras do pensamento” (Muniz, 2006, p. 160). Sendo assim, os poucos aspectos e símbolos que pudemos observar na curta estadia da cidade dos mortos de Arez, podem ser interpretados.

Os túmulos possuem uma função social determinada por cada momento histórico. Hoje, se constitui como um verdadeiro lugar de memória. No cemitério de Arez, notamos como alguns túmulos buscam registrar memórias, com dedicatórias e textos que vão além da data do nascimento e óbito. Na imagem 16, é possível visualizar a disposição dos túmulos da

cidade cemiterial de Arez. Cada túmulo traz símbolos com significados imediatos, que podem ser estudados em diferentes níveis, como o funcional, o material e o ritual.

Imagem 16: Fotografia do interior do cemitério feita durante a nossa excursão em 2022



Fonte: acervo do projeto.

Concordamos com Muniz quando afirma que o monumento funerário, como o Frontão do Cemitério de Arez, “[...] destina, entre outras coisas, principalmente a perpetuar a recordação no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte” (Muniz, 2006, p. 166). As vivências de pesquisa no espaço cemiterial me permitem articular algumas faces históricas que podem ser desveladas. O primeiro e mais evidente aspecto é o da memória familiar e da comunidade que o cemitério abriga no interior de seus muros. A memória está em cada lugar, equipamentos e construções. A memória é evidente nos túmulos, nas epígrafes e nos ritos de preservação das lembranças dos entes falecidos. Caminhar pelas ruas da cidade dos mortos arezense foi, para mim, percorrer rios de memórias e de esquecimentos.

Outro aspecto pertinente é a possibilidade de perceber, por meio da disposição e da arquitetura dos túmulos, analisando com atenção a configuração do sepultamento, a formação étnica da sociedade arezense. Conforme pudemos indicar em nossa pesquisa, já na década de 1850 existiu um cemitério à parte para os escravizados, próximo do cemitério público que pesquisamos. Isto diz muito sobre a História Local da cidade que, de forma particular, aglutinou diferentes etnias em uma mesma espacialidade ao longo dos séculos.

Tratando dos túmulos em si, é possível perceber facilmente as crenças religiosas que existiam e presidiram o ritual de inumação dos indivíduos ali enterrados. Igualmente, numa

análise mais profunda, é possível perceber indícios de ideologias políticas nos traços deixados pelos parentes que sepultaram seu ente. Em alguns casos, percebemos tendências de gosto artístico na construção dos mausoléus e túmulos, que também indicam, no mesmo passo, a evolução econômica da cidade, em que os primeiros túmulos são visivelmente mais rústicos, e vão adquirindo formas mais refinadas e intencionais.

Em uma esfera mais profunda, é possível captar traços de perspectivas de vida e da posição da população em relação à morte. Dado que a experiência de pesquisa no local foi curta, descrevemos estas faces mais como possibilidades de pesquisa do que como evidências. Esperamos que essas indicações possam servir de ponto de partida para outras pesquisas do espaço cemiterial arezense. Em apenas uma semana não foi possível explorar tais aspectos históricos presentes em nosso objeto de estudo nesta monografia. Devido à distância territorial entre o pesquisador e o objeto de pesquisa, nossa análise teve de se restringir a uma esfera mais ampla dos estudos cemiteriais.

Após observarmos o Cemitério da cidade, partimos para o próximo ponto histórico, isto é, a Lagoa de Guaraíras. Neste encontro com o mar, está situada a Ilha do Flamengo, que, segundo apontamos neste texto, foi palco de batalhas entre os portugueses e holandeses no século XVII. Após um percurso de carro, pegamos algumas canoas para chegar até a ilha. Enquanto atravessamos a lagoa, escrevi no Diário de Bordo:

16/06 - 09:51: A cabeça titubeia com o barulho do motor. A canoa dança conforme a água dita o ritmo. Vasto e profundo: o medo do desconhecido. Um perigo alerta, constante e presente, que me chama. A madeira úmida que dá forma a canoa, os coqueiros ao longe, as casas esparsas, as nuvens formando ondas no céu límpido. O sol castiga nossas costas, desenhando os rastros da embarcação sobre a lagoa. Tibau do Sul se arrasta sob suas dunas. O presente escapa sob minhas mãos? (Gomes, 2022)

Mesmo que distante, esta foi a primeira vez que vi o mar. Até então, todos os dias da excursão me proporcionaram viver algo novo, e desejava registrar este presente de alguma forma. As reflexões da pesquisa sobre a finitude se misturavam com a vida que me impactava a cada instante. Chegando à Ilha, fizemos uma pequena trilha até um cruzeiro, e depois aos escombros do que um dia foi uma fortificação militar. Com a sensação de que o tempo ali passava mais devagar, escrevi no diário: “Planícies infindáveis pela qual os holandeses sentiram saudade de casa. O tilintar das espadas, o sangue europeu que efervesceu neste solo potiguar” (Gomes, 2022). É um trecho que demonstra a sensação de estar vivenciado o passado, porém no presente, e articulando, na imaginação, as dinâmicas históricas que decorreram no espaço que seria Arez.

No início da tarde, voltamos ao alojamento. Os colegas de pesquisa foram dormir, devido ao cansaço. Apesar de também estar enfadado, não consegui descansar. Então decidi ir à Praça da Saudade sozinho, desenhar o Frontão do Cemitério. Ao me sentar no banco em frente ao monumento, comecei a rabiscar os motivos florais separadamente. Foi aí que ouvi o barulho das buzinas do cortejo da criança recém-nascida. Atordoado com a coincidência e a própria situação, me juntei ao grupo e acompanhei todo o sepultamento. Não esperava, de forma alguma, presenciar a manifestação mais impactante do meu objeto de estudo durante a excursão. Esta obra do acaso permitiu explorar outra faceta da experiência do historiador que vai a campo, isto é, a etnográfica.

Como expõe Maganani (2009), a ação etnográfica pode acontecer como prática, de forma programada e contínua, ou como experiência, de modo descontínuo e imprevisto, como foi o meu caso. Vivenciei a cidade cemiterial de Arez em uma experiência etnográfica fugidia. Dentre os sete dias de pesquisa, pude visitá-la pouco. Na maior parte das vezes, os portões estavam fechados. No entanto, a profunda imersão da experiência, aliado ao enterro que acompanhei por coincidência, me permitiu captar alguns elementos que descrevem características singulares e plurais do comportamento dos arezenses diante da morte.

Como foi o primeiro rito funerário católico que vivenciei em toda a vida, acompanhei o ritual com uma distância de quem observa um fenômeno pela primeira vez. Mesmo estando longe do cortejo, o peso da despedida me preencheu. Ao ver que se tratava do enterro de uma criança, a situação tornou-se ainda mais pesadosa. Peso que se reflete no silêncio de todos que acompanhavam o cortejo.

Quando o caixão foi descoberto, a força da convenção não foi suficiente para segurar a emoção, e a mãe, vendo o rosto de seu filho inerte, começou a chorar sem travas. Não havia esforço capaz de conter a emoção. Apenas o coveiro, habituado ao rito, se mantinha calmo, mas comovido. O último passo do rito de passagem foi entregar uma flor à mãe, para jogar no túmulo, antes de ser soterrado pela terra. Foi, sem dúvida, o ponto alto de tensão, quando a convenção foi mais violenta. Acompanhei, assim, um ritual que até então só conhecia por textos e narrações, de uma vida que mal havia começado. De longe, mas participando do rito, cuja intenção era garantir a passagem da alma para a outra vida. Cada passo do rito do bem morrer católico, para que o indivíduo fosse ter com Deus.

Saí pelo Frontão do cemitério com todos os detalhes da cena em mente, mas como se não os tivesse vivido. A distância do observador, que desconhecia o ritual, me fez enxergar a experiência como uma grande peça teatral, que representa o drama infundável do ser humano: o nosso fim. A dor da partida, as interdições de um tabu, expressos em ritos, hoje tão

simplórios, do bem morrer. Por mais que se pense, escreva e pesquise a morte, morrer ainda é a finitude e, por isso, ainda causa o mesmo impacto e desperta a afetividade.

Imagem 17: Fotografia do pesquisador no Cemitério de Arez, tirada por um morador local



Fonte: acervo do projeto.

Um fato curioso é que, enquanto presenciava o funeral, um arezense estranhou a minha presença e tirou uma fotografia (imagem 17). Sabendo que uma equipe da Paraíba estava na cidade fazendo uma pesquisa, supus que se tratava de um dos pesquisadores. Então enviou a foto para o professor/orientador, que é natural de Arez. Foi uma surpresa, quando este me mostrou a fotografia, e percebi-me como um estranho, que não só observava o ritual, mas participava. Isto denota um aspecto essencial da experiência etnográfica, conforme conceituamos anteriormente (Clifford, 2002).

É possível interpretar, brevemente, alguns aspectos simbólicos vistos no sepultamento da criança. As poucas pessoas que acompanhavam o cortejo trajavam preto, a cor do luto, associada a escuridão, a falta, a luz que foi roubada de um familiar. O branco do caixão também é significativo, pois nos fala de pureza e castidade, visto que se trata de uma criança recém-nascida. Em favor do sofrimento dos familiares, pede-se silêncio. Silêncio que denota respeito. Uma força dispendiosa para não romper no choro, entregar-se a tristeza da partida. O último gesto de carinho, expressa na flor entregue à mãe, pode significar amor, mas também entrega a Deus.

Além do sepultamento, tive contato com duas práticas culturais que merecem atenção. A primeira é comum entre cristãos e possui extensa longevidade histórica: o tocar do sino da Igreja de São João Batista. Faz parte dos ritos que garantem a passagem do falecido ao mundo dos mortos, como afirma o historiador brasileiro Pontes (2011). O repicar dos sinos anuncia a morte de um membro da comunidade, mobiliza a curiosidade e a empatia pela dor dos que irão valer seu familiar. É o som indesejado que rompe o cotidiano, lembrando-nos a nossa condição finita.

A segunda, mais particular de pequenas cidades, também realiza a mesma função dos sinos: um carro de som que atravessa devagar as ruas de Arez. Este som, no entanto, não expõe apenas o falecimento, mas convida a população para o velório e o sepultamento. No fundo, toca uma música religiosa ou saudosista. Geralmente segue um padrão na nota de falecimento, na qual primeiro é narrado uma frase cristã e depois é dito o nome do falecido, indicando onde está sendo velado o corpo. Posteriormente, avisa o horário do sepultamento e convida a comunidade a participar deste ato de fé e solidariedade. Nestas duas notas de falecimento, a intenção parece ser a mesma: no ritual que sustenta a boa morte, isto é, de passagem segura do mundo dos vivos ao mundo dos mortos, a presença de pessoas no velório contribui decisivamente. É o temor sempre presente de uma morte solitária.

Após sair do cemitério, voltei para o alojamento. Os companheiros de pesquisa estavam se arrumando para ir à Igreja, assistir à missa. Me aprontei para ir com eles, mesmo ainda atordoado com a cena que se desenrolou sobre meus olhos. Na Paróquia de São João Batista, assisti a primeira missa de toda a minha vida. Isto porque cresci em um lar protestante, e, portanto, nunca havia participado de uma cerimônia católica. Da mesma forma que no sepultamento, vivenciei os ritos da missa com um olhar de quem observa uma prática cultural distante. Me chamou atenção o cuidado com o sagrado, o medo da profanação e a ênfase no poder purificador do sofrimento. Como vimos no início deste texto, o nascimento dos cemitérios no ocidente está diretamente ligado com a experiência cristã da existência.

O filósofo estadunidense Todd May (2009) indica que a religião é um campo profundamente ligado à mortalidade. Algumas religiões, como o cristianismo, estabelecem um pacto entre a vida e a morte, em que o fim da vida é um aspecto determinante para formular a doutrina. Sendo assim, a morte se configura como uma esfera central de muitas experiências religiosas (May, 2009). No caso do cristianismo, seja qual for a variação, existe um aspecto singular ligado à mortalidade. Isto é, você sobrevive à própria morte. Isto porque, após a vida terrena acabar, você não cessa de existir, apenas passa para outro plano. Segundo May (2009), isto explica porque dominar o medo da morte é um dos papéis mais fortes das

religiões. No entanto, esta é apenas uma dentre muitas funções, visto que, para a maioria das pessoas, a religião é o pano de fundo conceitual para pensar toda a vida pessoal e coletiva.

Ao chegar no alojamento para descansar, após a missa, estas e outras reflexões vinham à mente. Nesse estágio da excursão, já tinha a impressão de que vivi um mês em uma semana. Foram muitas experiências novas e coincidências que não esperava presenciar. Este dia, em particular, foi o mais impactante. Desde a caminhada pelas ruas do cemitério, a visita à Ilha do Flamengo, depois presenciar o sepultamento e as preces dos fieis, tudo isto passava na minha mente como um filme.

Na sexta-feira (17/06), nos encontramos cedo na praça central, para ir digitalizar documentos no Cartório Municipal da cidade. Passamos o dia inteiro vasculhando o arquivo para localizar fontes pertinentes. De tarde, quando acabamos o expediente, peguei meus cadernos e fui novamente à praça da saudade. Foi a última vez que fiquei diante do Frontão do Cemitério. Sentei-me no banco e busquei finalizar o desenho que havia começado. Na ocasião, três homens aproveitavam a sombra do monumento para conversar, fumando cigarros e escutando música. Vez por outra, moradores passavam pelo local, já habituados ao monumento. Do lado esquerdo, várias crianças jogavam bola em uma quadra próxima ao cemitério. O Frontão estendia sua sombra ao longo de toda a Praça da Saudade, onde eu estava sentado. A minha vontade, no momento, era poder olhar a peça infinitamente, a fim de conseguir contemplar cada um de seus detalhes. A lenda local diz que, se alguém desenha o Frontão em detalhes, irá morrer. Mesmo sabendo disso, acabei me arriscando. Não pude deixar de tentar captar todas as articulações inusitadas, apesar de parecer impossível, de sua riqueza linear exuberante e de suas representações imagéticas. O desenho em questão pode ser visto na imagem 18.

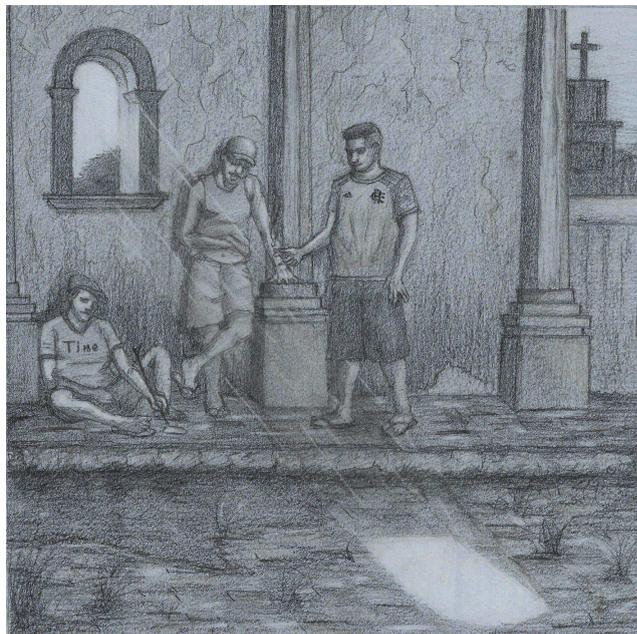
Imagem 18: Desenho do Frontão do Cemitério de Arez feito pelo pesquisador no próprio local em 2022



Fonte: acervo do projeto.

Em vez de retratar o Frontão buscando ser fiel aos detalhes, procurei expressar a sensação que o monumento me passava no momento. Isto é, uma obra imponente, que sobreviveu a vários séculos, chamando atenção de qualquer visitante que passasse. Mesmo sendo perfeitamente simétrico, sentia que os ornamentos lineares da obra expressavam uma exatidão caótica, como se fosse feito para olhar no todo e não para os detalhes.

Imagem 19: “A invenção do cotidiano” grafite sobre papel tonalizado, 20x20.



Fonte: acervo particular.

Além deste rabisco, a cena dos três homens conversando sob a sombra do Frontão me inspirou a desenhar, após a viagem, a obra “*A invenção do cotidiano*”, exposta na imagem 19. Na época da viagem, as reflexões de Certeau (1995) sobre as práticas culturais estavam frescas na minha mente. Como afirma o historiador francês, os cidadãos “comuns” inventam a cultura em seu cotidiano, na forma de se relacionar com seus bens, espaços e práticas. E pude presenciar isto com os próprios olhos, observando como os arezenses, em meio ao seu cotidiano, articulam diferentes usos do bem cultural. Seja para aproveitar a sombra e conversar com amigos ou mesmo realizar cerimônias religiosas. Na imagem 20, expomos uma colagem de fotografias de rezas realizadas em frente ao monumento.

Imagem 20: Rezas em frente ao Cemitério Municipal organizada pela Confraria de Nossa Senhora das Dores (13/02/2023)



Fonte: Internet - Redes Sociais da paróquia.

É visível na fotografia a adesão da população local nestas celebrações, nas quais um líder religioso, neste caso um padre, decide levar os fiéis para frente do Frontão, e lá realizar uma missa. Ora, uma celebração católica só pode acontecer em solo sagrado ou consagrado. Sendo assim, podemos indicar que os arezenses, incluindo os sacerdotes, veem o monumento funerário como um bem sagrado, que merece respeito, pois é um lugar de devoção. Esta conclusão se materializa no Dia de Finados, todo dia 2 de novembro. Esta data marca a visita dos católicos aos seus entes que faleceram, tanto para recordar a memória dos falecidos, como para contribuir no processo de purificação que, segundo a doutrina católica, as almas da maioria dos mortos se encontram. Em Arez, ocorrem missas ao longo de todo o dia em frente ao Frontão do Cemitério. Além de acompanhar as cerimônias, os arezenses entram pelos portões para visitar os falecidos, quando o fluxo maior é a noite.

Imagem 21: Espaço para realização de Missa de Finados em frente ao Frontão do Cemitério de Arez, em novembro de 2022



Fonte: Internet - Redes Sociais da paróquia.

Na imagem 21, é possível visualizar uma estrutura montada em frente ao monumento para ocorrer tais celebrações religiosas. Pela quantidade de assentos, é evidente como muitos fiéis participam do rito. E esta celebração é outro exemplo de como os arezenses inventam seu cotidiano com práticas culturais singulares em torno de um bem patrimonial. Como vemos no trabalho de Márcia Chuva (2020), o patrimônio é fruto de atribuição de valores que, inevitavelmente, irão articular a experiência e as vivências dos seus usuários e espectadores. Dito isto, fica mais fácil perceber pessoas onde antes havia apenas um monumento de concreto. São pessoas no passado, os arezenses que, guiados por Herculano, ergueram o Frontão e no presente, que atribuem novos valores, memórias e usos para o bem cultural.

Além de despertar afeto e revelar aspectos antropológicos do cotidiano arezense, estar diante do Frontão do Cemitério de Arez, também nos leva a refletir sobre uma face inseparável da vida humana: a finitude. Sendo o pesquisador também estudante de Filosofia, a experiência de pesquisa carrega uma esfera filosófica, que acaba por revelar outra faceta do objeto de estudo. Ao longo da história da filosofia, diversas reflexões sobre a morte foram elaboradas. Na época da excursão, estas leituras estavam presentes em minhas reflexões. Isto me levou a pensar, no momento, que apesar de sua beleza artística, o Frontão é um convite a angústia. Isto porque nos lembra que um dia ou outro, iremos perecer. Os escritos do filósofo alemão Martin Heidegger (2015), indicam que, dentre as inúmeras possibilidades que podemos ser, a morte é a mais própria e inescapável. Mas sentir-se a caminho do nada é angustiante e, frente a este afeto tão marcante, nós fugimos. Esta reflexão filosófica coaduna com a problematização histórica proposta por Philippe Ariès (2017), ou seja, a atitude contemporânea diante da morte é um completo interdito.

É curioso como a Praça da Saudade em frente ao cemitério possui dois bancos orientados para o Frontão. Além do nome sugestivo do espaço de convívio, os bancos convidam os transeuntes, que passam pela rua imersos no cotidiano, a sentarem e contemplarem a obra artística. O filósofo francês Mikel Dufrenne indica que a expressão autêntica e espontânea, “[...] exprime o liame do homem com a Natureza” (Dufrenne, 1998, p. 23). No caso, ao olhar o Frontão do Cemitério de Arez, vemos o liame que, apesar de inescapável, buscamos negar: somos animais e, assim como todo ser integrante da natureza, nascemos, crescemos e um dia iremos perecer.

O historiador brasileiro Paulo Knauss (2006) afirma que a visão não é um dado natural, inseparável de seu contexto. A experiência visual é sempre influenciada pela sociedade (Knauss, 2006), pois “[...] o olhar é um sentido construído socialmente e

historicamente demarcado” (Knauss, 2006, p. 111). Para problematizar os modos de ver, a relação entre a visão e contexto precisa ser estabelecida, pois o olhar é uma construção cultural. Assim sendo, também pode ser entendido como pensamento. Pensamento que se torna matéria do conhecimento histórico ou produção artística, como foi o caso da minha experiência de pesquisa. Olhar é uma maneira de produzir sentido e, por consequência, de fundar construções culturais que podem ser tomadas como objeto de estudo, principalmente no que tange os processos sociais de produção. É cultural, pois pode ser lido em textos e práticas, nas quais ocorre um confronto de discursos. Um confronto em que as disputas simbólicas são também disputas sociais.

Sendo assim, meu olhar em torno do Frontão do Cemitério de Arez foi carregado com tudo que consumi, li e vivenciei até então. São vários olhares que atravessaram o meu próprio olhar, de modo a produzir os sentidos colocados até aqui. São valores etnográficos, históricos, artísticos e filosóficos. Um monumento funerário único em expressão artística em todo o território nacional, que possui uma articulação única com a sociedade da qual faz parte. Um bem que expressa, de forma imponente, como a experiência de existir pode ser angustiante, mas nem por isso deixa de ser bela. Já perto de anoitecer, escrevi no diário:

Sob o fim deste dia, sob o degradê rosa e azul que se mistura no horizonte, sob a saudade deste instante, despeço-me de ti. Queria poder olhar-te infinitamente. Curioso como nosso encontro e entrelaçamento parecem inevitáveis. Como há de ser com tudo o que vive, é preciso dar adeus, para quem sabe um dia, com a mesma curiosidade avassaladora que te vi pela primeira vez, volte a revê-lo. É noite, os postes acendem.
Até outra vida, Frontão (Gomes, 2022).

Apesar de não acreditar na ideia de destino, a sensação era de que várias coincidências aconteceram para que eu pudesse vivenciar a excursão. Quase como um encontro inevitável. Com isto em mente, caminhei de volta para o alojamento. No sábado (18/06), a equipe pode ir conhecer a Praia de Pipa, na cidade vizinha a Arez, Tibau do Sul; esta foi a primeira vez que vi o mar. Antes de entardecer, tivemos um tempo para descansar e arrumar as bolsas, pois o último dia da excursão (19/06) seria dedicado unicamente à viagem de volta às terras paraibanas. Como consegui terminar de organizar minhas malas cedo, fui ao centro da cidade e peguei um táxi em direção a Goianinha, cidade próxima a Arez. Isto porque, como abordamos anteriormente, os memorialistas atribuem a Frei Herculano a edificação do portão do cemitério deste local, além do portão do cemitério de Nísia Floresta, outra cidade vizinha a Arez. Minha expectativa era presenciar mais da obra de Herculano, enquanto artista. Na

imagem 22, é possível visualizar o portão de perto. Também expomos uma fotografia do portão de Nísia Floresta. Não pude visitar este durante a excursão, mas pela imagem 23 é possível perceber a semelhança nos ornamentos e disposição do monumento.

Imagem 22: Colagem de fotografias do portão do cemitério de Goianinha, retiradas durante a excursão, em 2022



Fonte: acervo do projeto.

Os ornamentos de fato possuem uma semelhança no motivo, isto é, floral. Mas, no conjunto, não me causaram o impacto do Frontão em Arez. Não pude ficar muito tempo observando a obra, pois estava anoitecendo. Também não podemos indicar a autoria deste monumento a Frei Herculano, e isto também vale para o portão de Nísia Floresta (imagem 23).

Imagem 23: Portão do Cemitério de Nísia Floresta, também atribuído a Frei Herculano



Fonte: acervo do projeto.

Quando cheguei ao alojamento, já era tarde. Sentia a exaustão de um mês vivido intensamente, mas comprimido em uma única semana. Tal qual uma criança, que todo dia vive uma nova aventura, com coisas a descobrir, tocar e ver. Antes mesmo de entrar no ônibus para voltar à Paraíba, já sentia que esta excursão seria um marco em minha vida. Sentia que um pequeno, mas importante pedaço de mim sempre estaria ligado a Arez. Escrevi no diário, já viajando no ônibus: “Ver é escrever com os olhos, e escrever é ver com o espírito. O horizonte se alarga. O que era imenso, distante e impossível passa a ser próximo, palpável e possível” (Gomes, 2022). Este foi o maior impacto em minha subjetividade: o mundo se alargou. Sonhos que antes nem imaginava viver se tornaram possíveis. Estava próximo, bastava estender o braço e pegar.

III.II. Entre os campos da morte: um multidisciplinar da experiência

A experiência de pesquisa possibilitada pelo projeto me impactou profundamente, em diferentes áreas. Foi, de fato, um divisor de águas em minha vida acadêmica, profissional e artística. No entanto, para os fins deste texto, optamos por problematizar apenas os afetos em torno do Frontão e do cemitério de Arez. Contudo, achamos pertinente descrever, de forma sumária e objetiva, todo o itinerário realizado durante a excursão. Assim, estabelecemos um contexto objetivo onde os afetos aconteceram. Portanto, podemos problematizar a experiência em diferentes níveis disciplinares, como o etnográfico, histórico, artístico e filosófico.

O Frontão já foi palco de inúmeras partidas ao longo das últimas décadas. Suas colunas guardam uma das esferas mais angustiantes da condição humana, que nos lembra, a todo instante, que somos humanos, dotados de uma vida. É um monumento construído por arezenses para arezenses. É um patrimônio não só por estar tombado em instâncias burocráticas, mas por ter uma relação direta e única com o cotidiano da população local. Uma relação que é prática, mas também simbólica e afetiva.

Nesta esteira, o olhar que hoje o Frontão do Cemitério de Arez é visto, foi fruto do contexto sociocultural e histórico das atitudes humanas diante da morte. O monumento funerário chama a atenção do espectador pela forma única como dispõe seus elementos e a grandeza da peça, na totalidade. Mas também pode despertar o sentimento de angústia, visto que representa uma face da condição que queremos negar: a finitude. Concordo com Pedro Lins Neto (2009) que vê nessa obra a maior expressão original de Hermenegildo, o arquiteto que projetou a peça.

HORIZONTE

Se, depois de eu morrer, quiserem escrever a minha biografia,
Não há nada mais simples.
Tem só duas datas — a da minha nascença e a da minha morte.
Entre uma e outra coisa todos os dias são meus.
Alberto Caeiro, 1993

Entre nascer e morrer, todos os dias são teus. Neste piscar de olhos podes sentir saudade, tristeza, amor, fé, esperança e a lista de experiências segue ao infinito. Estar vivo é estar à mercê da contingência ou, em outras palavras, é a possibilidade de ter experiências. Nascermos, nos encontramos num mundo alheio e definimos a nossa existência. Uma existência que se abre no presente, a partir do que vivemos no passado e esperamos do futuro; passado e futuro, aliás, são palavras que só existem de fato no aqui e agora, que é “infinito enquanto dura”, como canta Vinícius de Moraes.

Apesar do fim ser inevitável, estamos habituados a fugir da morte e tudo que a representa. Sendo o cemitério o espaço destinado aos mortos e ao morrer, ele se configura como uma lembrança constante e concreta de que, uma hora ou outra, iremos fazer uma última caminhada pelos portões da cidade onde o repouso é a constante. A sensação de estar a caminho do fim desperta a angústia, e é impossível fugir desse afeto. Esta pesquisa foi elaborada, dentre outras justificativas, pela necessidade urgente de falarmos sobre a morte. Isto porque morrer é parte essencial da vida e, somente quando encararmos esta faceta inevitável da condição humana, conseguiremos viver melhor. Teremos acesso a felicidades mais concretas e, talvez, seremos levados a tomar as rédeas de nossa existência, vivendo uma vida autêntica.

Neste trabalho, pesquisamos um espaço cemiterial específico, o Frontão do Cemitério de Arez, pequena e longeva cidade do Rio Grande do Norte. A história local deste cemitério está interligada em uma teia de dinâmicas sociais e processos históricos de diferentes escalas. Em uma escala global, o cemitério nasceu, de forma lenta e gradual, como uma zona de inumação coletiva, até que se tornou um lugar onde os indivíduos da comunidade espiritual são enterrados, lembrando aos vivos a necessidade de prezar pela sua salvação individual. Mesmo assim, tanto no ocidente cristão como no Brasil, continuou existindo o hábito de enterrar pessoas próximo às residências e igrejas, ou mesmo no interior dos templos. Neste contexto, com o passar dos séculos, a ciência se impôs como a principal forma de explicar e entender o mundo. Foi assim que a proximidade entre vivos e mortos passou a ser encarado como um problema à saúde pública.

Isto resultou em ações políticas no início do século XIX, quando a inclinação dos Estados era utilizar apenas um espaço para enterrar os mortos, que fossem, de preferência, longe das cidades. Esta inclinação e outros fatores, como surtos de epidemias locais, colaboraram para a criação de vários cemitérios ao fim da primeira metade do século XIX, em todo o território brasileiro. Este cenário repercutiu, com suas devidas particularidades, no Rio Grande do Norte, e, portanto, em Arez. Na década de 1850, já funcionava um cemitério público em Arez, ainda administrado pela Igreja local e irmandades presentes. Apesar disto, é possível indicar que enterros próximo às residências e, até mesmo, dentro da Igreja Matriz continuaram acontecendo, esporadicamente. Certo é que, durante a segunda metade do mesmo século, outros cemitérios foram construídos.

Estes cemitérios não eram murados nem cobertos. Apenas estavam delimitados e, aos poucos, passaram a ser administrados pelo poder público. Nos primeiros anos da década de 1880, Frei Herculano passou pela região. Exímio idealizador de obras sacras, ele resolveu conduzir a construção de um portal e muros para o cemitério mais antigo de Arez, assim como reformou a Igreja Matriz da cidade. Herculano guiou trabalhadores locais, que construíram, sob o suor de seus esforços, um dos monumentos funerários expressivos do estado do Rio Grande do Norte.

A beleza artística da peça, em conjunto com o aspecto monumental do Frontão, passou a chamar atenção de quem passava pela cidade. Muitos destes viajantes registram o monumento funerário em fotografias, textos e matérias jornalísticas. Aos poucos, estes registros forjaram um imaginário ao redor do Frontão, atribuindo-lhe valores estéticos e históricos que, cada um ao seu modo, denotaram a excepcionalidade daquele portal da cidade dos mortos de uma pequena cidade potiguar. Alguns destes registros passaram por circuitos de circulação expressivos por conta, principalmente, de seus autores. Isto é, intelectuais viajantes prestigiados em determinado momento histórico.

Isto resultou no reconhecimento da excepcionalidade e riqueza artística do monumento ao nível nacional. Tais intelectuais estavam envolvidos, de forma direta ou indireta, com uma política de patrimônio que se concretizava dentre as ações do Estado Novo. O aparato governamental criado para localizar e proteger bens culturais, encontrou nos aspectos estéticos e históricos do Frontão do Cemitério de Arez, valores que representavam, segundo seus dirigentes, uma identidade genuinamente brasileira. Foi no berço destas dinâmicas que, no ano de 1962, o monumento foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Têm-se, assim, uma história concisa para o surgimento do espaço cemiterial de Arez e seu Frontão, que hoje é um bem cultural tombado pela nação e protegido pelo Estado. Os arezenses têm uma relação particular com o monumento que, apesar da excepcionalidade, faz parte do cotidiano. Em sua frente, acontecem celebrações religiosas e também espaços de sociabilidade, na praça que fica frente ao monumento. Sendo assim, não é só um patrimônio por ser parte da burocracia estatal. É um monumento feito por pessoas e vivenciado por pessoas. Um bem que não só é palco de vivências e chama atenção pela beleza, mas causa impacto e nos faz pensar. Tanto como metáfora como pelo impacto concreto, o Frontão do Cemitério de Arez abre caminhos para capturar incertezas. E isto só pode ser captado através das vivências, da experiência de estar diante do monumento.

A iniciação científica é uma possibilidade ímpar na vida de um historiador em formação. Ainda mais quando esta permite ao historiador ir a campo, para tratar diretamente com suas fontes de pesquisa. A experiência de estar diante do cemitério de Arez, ocorrida pela excursão do projeto *De Guarairas a Arez: dinâmicas sociais e processos históricos de formação de uma espacialidade local (Séculos XVII a XX)*” (PIBIC/CNPq/UFCG) foi essencial para a construção da minha identidade enquanto pesquisador e ser humano. Afinal, o patrimônio precisa ser contemplado e vivenciado para ter carne e sentido.

Não importa quão bem representado foi o monumento em foto, a experiência de estar diante do Frontão é única. A força da obra, que se eleva aos céus, materializando o destino que queremos negar, é inapagável. Sendo artista plástico, vivi a experiência enquanto espectador e criador, o que permitiu aguçar a sensibilidade em busca de compreender aspectos de sua criação e edificação. Além disso, a posição de um observador distante, mas presente, permitiu criar um conhecimento de viés etnográfico. Isto principalmente em experiências impactantes, como presenciar, pela primeira vez, o enterro de uma criança.

Estas vivências podem revelar diversos aspectos presentes em uma pesquisa sobre a finitude, especificamente em um espaço cultural da morte. Caminhar pelas ruas da cidade cemiterial de Arez revelam memórias, símbolos e diferentes usos do local. Com atenção, ainda é possível distinguir aspectos socioculturais, ideológicos e ainda étnicos dos arezenses. Além disso, pode indicar traços do comportamento humano diante da morte dos membros da comunidade. Para os que transformam as suas vivências em matéria de criação, pesquisar um cemitério é um berço de reflexões e criações infundáveis. Isto porque o impacto é inevitável, e o *metier* artístico sempre começa com a emoção, chega no sentimento e se materializa em literatura, música, cinema e por aí a fundo.

Portanto, ao fim da problematização do espaço cemiterial de Arez, podemos indicar que o nascimento de seu cemitério, apesar de ser um evento local, possui ligação direta com um movimento ocidental de secularização do rito de enterramentos, que ocorreu ao longo da segunda metade de século XIX. Nesta esteira, constatamos que o Hermenegildo Herculano Vieira da Costa, conhecido por Frei Herculano, idealizou a construção de um Frontão e muros para o cemitério da cidade, que foram erguidos pela população local, nos primeiros anos da década de 1880. Devido a sua unicidade no território nacional, bem como riqueza de ornamentos que lhe conferem beleza artística, e também a atuação de alguns intelectuais que atribuíram e repercutiram valores a obra ao longo do século XX, o bem foi tombado pelo IPHAN, na década de 1960. Além disso, podemos observar, de perto, o impacto da afetividade causada pela experiência de estar diante de um monumento único que é, no mesmo passo, histórico e estético. Toda a imponência do Frontão nos leva a refletir sobre nosso fim, causando angústia no mesmo passo que desperta a sensação de sublime.

Fato é que não importa o quanto pesquisamos ou refletimos sobre a morte, ainda será um impacto a nossa afetividade. Acreditamos, no entanto, que refletir sobre a morte é essencial para uma viver uma vida em toda a sua intensidade, saboreando felicidades concretas de uma existência autêntica. Entretanto, pensar constantemente sobre a morte não é um caminho saudável. Ademais, buscar criar algo que viva por nós, após a morte, também nos parece uma fuga. O que está em jogo aqui é um traço essencial da existência humana: a finitude. O caminho parece estar, então, em aceitar a fragilidade. A morte provoca tragédia em nossa vida, mas também pode nos proporcionar a beleza, ao nos permitir entender que o tempo e a energia são nossos recursos mais preciosos e devem ser gastos com o que nos é essencial. Tanto a beleza como a tragédia parecem ser inevitáveis do viver humano. Cada pessoa pode buscar a sua maneira de viver com a fragilidade da existência humana e, assim, consumir a vida e não ser consumida por ela. O Frontão do Cemitério de Arez, em toda a sua imponência, materializa de forma única estas duas facetas da existência humana: é belo e trágico.

Portanto, ao fim desta caminhada, olhamos para o horizonte pensando no que fazer de agora em diante. Neste momento, pretendo amarrar as reflexões e o conhecimento construído durante o percurso, com o fim de explicitar a necessidade de falarmos sobre a morte, quebrando o interdito contemporâneo desta faceta inseparável da vida humana. Pensar, estudar e problematizar a morte só tem sentido se for para vivermos melhor e com mais intensidade.

FONTES

Bibliográficas

LAUWERS, Michel. **O Nascimento do cemitério**: lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval. 2015.

LIMA, João Alfredo Pessoa de. **Anotações sobre a História de Arez**. Rio Grande: Editora Clima, 2000.

NESI, Jeane Fonseca L. O frontão do cemitério de Arez in NETO, João Alfrêdo Pessoa de Lima. **Anotações sobre a História de Arez**. Rio Grande. Editora Clima, 2000.

BARBALHO, Claudionor Barroso. **Villa de Arez**: alguns fatos históricos dos séculos XVII, XVIII e XIX. Natal: Gráfica São Francisco, 2005.

SALES, André Valério. **Lugares e personalidades históricas de Arez/RN**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

SALES, André Valério. **Arez/RN**: história e política. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2017.

SOUZA, Oswaldo Câmara de. **Acervo do patrimônio histórico e artístico do Rio Grande do Norte** (recurso eletrônico). Natal: EDUFRN, 2019.

GOMES, Vitor Daniel Cartaxo. **Diário de Bordo**: excursão à cidade de Arez - RN, em junho de 2022. Arez, 2022.

Periódicas

CASCUDO, Luís de Câmara. Arez: terra de velhas tradições - os índios e os flamengos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 jun. 1937.

_____. A igreja de Arez. **A República**, Natal, 14 nov. 1939.

_____. O portão do cemitério de Arez. **A República**, Natal, 22 mar. 1946.

ANDRADE, Mário de. O turista aprendiz. **Diário Nacional**, São Paulo, 07 fev. 1929.

_____. O trabalhador nordestino. **Diário Nacional**, São Paulo, 20 mar. 1929.

_____. O turista aprendiz. **Brasília**: IPHAN, 2015.

PEGADO FILHO, João. Traços geográficos da Villa de Arez e seu município III. **A República**, Natal, 16 jul. 1890.

Carta particular do Rio Grande do Norte. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 2 abr. 1860.

Documentos de estado

MENEZES, João Damasceno de. **Ofício Único de Notas** Bel. Cidade de Areis, Rio Grande do Norte, Brasil - Óbitos. Livro-C-01 - 17 abr. 1890-14 jun. 1936.

FIGUEIREDO JUNIOR, José Bento da Cunha. **Relatório que o Exm. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior Presidente da Província do Rio Grande do Norte apresentou à respectiva Assembleia Legislativa Provincial na Sessão Ordinária de 1861**. Ouro Preto: Typographia Provincial, 1862.

WANDERLEY, Luiz Carlos Lins. **Visita episcopal do Exm. e Revm. Sr. D. José Pereira da Silva Barros à algumas parochias do Rio Grande do Norte**. Natal: Typographia do Correio do Natal, 1882.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O historiador naif ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2006. p. 192-215.
- ANJOS, Augusto dos. **Eu e outras poesias**. 42. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1998.
- ARIÈS, Phillippe. **História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2017.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BORGES, Maria Elizia. Imagens da morte: monumentos funerários e análise dos historiadores da arte. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH**. São Paulo, 2011.
- CAMUS, Albert. **Cadernos (1935-37): Esperança do mundo**. Trad: Rafael Araújo e Samara Geske. São Paulo: Hedra, 2014.
- CERBONE, David R. **Fenomenologia**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2014.
- CHUVA, Márcia. Entre vestígios do passado e interpretações da história–introdução aos estudos sobre patrimônio cultural no Brasil. CUREAU, Sandra; et al. (Coords). Um olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural. Belo Horizonte: **Fórum**, p. 37-46, 2011.
- CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. **Seminários DEP/FLUP**, v. 1, p. 16-35, 2020.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**; organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- DE CERTEAU, Michel. **A Cultura no plural**. Campinas: Papyrus Editora, 1995.
- DUFRENNE, Mikel. **Estética e filosofia**, trad. de Roberto Figurelli, São Paulo, Perspectiva, 1998, 3º ed.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOMES, William Barbosa. Relações metodológicas entre fenomenologia, historiografia e psicologia humanista. **Rev. Abordagem Gestalt.**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 3-11, jun. 2010.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. **Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte**, v. 8, n. 12, p. 7, 2006.

- LAUWERS, Michel. **O Nascimento do cemitério**: Lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval. São Paulo: Editora da Unicamp, 2015.
- LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- LINS NETO, Pedro. **Frei Herculano o construtor de obras sacras**. Natal: [s. e.], 2011. Digitado.
- LUCA, Tânia Regina; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes antropológicos**, v. 15, p. 129-156, 2009.
- MAY, Todd. **Death**. Routledge, 2009.
- MELLO, Vilma de Lurdes Barbosa e Melo. **História local**: contribuições para pensar, fazer e ensinar. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.
- MUNIZ, Paulo Henrique. O estudo da morte e suas representações socioculturais, simbólicas e espaciais. **Marechal Cândido Rondon**, v. 06, n. 12, p. 159-169. 2006.
- PESSOA, Fernando. Poemas de Alberto Caeiro. 5. ed. Lisboa: Ática, 1993.
- PONTES, Annie Larissa Garcia Neves. Ao repicar dos sinos: exéquias na cidade do Natal oitocentista. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, ANPUH, São Paulo, p. 1-17, 2011.
- PORTÃO barroco do Cemitério Público da Cidade de Arez. **Revista do Arquivo Público**, Recife, a. VII-X, v. IX-XII, 1956.
- REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, Elisa Gonçalves. **Espaços da morte na vida vivida e suas sociabilidades no cemitério Santa Izabel em Belém-PA**: etnografia urbana e das emoções numa cidade cemiterial. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, p. 162. 2023.
- RILKE, Rainer Maria. **Coisas e anjos de Rilke** – Augusto de Campos [organização e tradução]. 2ª edição, São Paulo: Perspectiva, 2013.
- SALES NETO, Francisco Firmino; DINIZ, Aldilene Marinho César Almeida; GOMES, Vitor Daniel Cartaxo. O frontão do cemitério de Arez: história, memória e patrimônio. *In*: **Conhecer Arez: histórias, memórias e culturas**. Cajazeiras: Arribaça, 2022, cap. 7, p. 129-157.
- SOUZA, Aldinizia de Medeiros. **Liberdades possíveis em espaços periféricos**: escravidão e alforria no termo da Vila de Arez (séculos XVIII e XIX). Natal: URFN, 2018.

SONEGO, Márcio Jesus Ferreira. A fotografia como fonte histórica. **Historiæ**, v. 1, n. 2, p. 113-120, 2010

TAVARES, Diego Fontes de Souza. **Os muros do além: A construção do Cemitério do Alecrim e a (des)secularização da morte em Natal/RN**. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, p. 144. 2016.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Igreja e Cemitério na Província do Rio Grande do Norte: interações entre o sagrado e o profano. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 5, n. 9, p. 17-27, 2006.